

História Pública e Linha do Tempo

Elcio Rogerio Secomandi, autor
Cristiane Carbone, coautora



A close-up of a hand holding a quill pen, poised to write on a red maple leaf. The scene is set against a dark background, with the leaf and the quill being the primary focus.

HISTÓRIA PÚBLICA E LINHA DO TEMPO

Minimalismo: máximo de história no menor uso de papel



- Projeto educacional de domínio público, disponível no website: www.Secomandi.com.br
 - A aba “Linha do Tempo” é composta por diversos modelos simples destinados a despertar o interesse da juventude estudantil pela aplicação de três verbos definidores de trabalhos acadêmicos:
 - Dissertar (saber colocar no papel uma proposição qualquer)
 - Defender (publicamente o conteúdo dissertativo)
 - Referenciar (por indicação de fontes de consulta confiáveis)
-
- Média de visitas ao website: Pouco mais de 100 mil visitas por mês.



**Fortificações coloniais do
Estado de São Paulo...**



**... indicadas para o
Patrimônio Mundial pela
UNESCO**

Anais do Colóquio Ibero-Americano: Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto

APLICAÇÕES DO PROJETO EDUCACIONAL, FORTINS, FORTES, FORTALEZAS ... POR ELES VEREMOS O BRASIL EDIFICADO

Publicado em 15/12/2023 - ISBN: 978-65-272-0139-7

[Compartilhar](#)

MOS
sil

U F *m* G | PPG-ACPS

Iumiar
INSTITUTO CULTURAL


Ministério da
Cultura do Brasil
Secretaria de
Políticas Culturais


FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE
CULTURA


PREFEITURA
BELO HORIZONTE
transformando sua cidade + feliz

PATROCÍNIO

 CAPES

<CLIQUE> sobre a figura acima para acessar a apresentação no ICOMOS/ICOFORT, 2025

OBJETIVOS

- 1 - DIVULGAR** o lado belo da arquitetura militar colonial indicada como “conjunto de bem seriado” para o Patrimônio Mundial / UNESCO
- 2 - UTILIZAR** uma Metodologia Científica compatível com o tema proposto
- 3 - REALIZAR** um sobrevoo virtual sobre as 19 fortificações indicadas para o Patrimônio Mundial
- 4 - ELABORAR** trabalhos educacionais centrados nos verbos:
 - Dissertar (sintetizar um tema histórico)
 - Defender (publicamente a proposição)
 - Referenciar (em fontes de consulta confiáveis)

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL ... Forte Abraço, Cristiane Carbone

HISTÓRIA PÚBLICA E LINHA DO TEMPO



SÍNTESE DO PROCESSO INDICATIVO / UNESCO

<https://whc.unesco.org/en/tentativelists/5997/>

Esta síntese contém uma cópia reduzida da proposta brasileira enviada à UNESCO para um “conjunto de bem seriado” concorrer ao título de Patrimônio Cultural da Humanidade.

Data da apresentação: 30/01/2015

Delegação Permanente do Brasil à UNESCO

Estado, Província ou Região:

Estados de Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Amapá, Rondônia e Mato Grosso do Sul

Referência: 5997

Em 2021 o IPHAN enviou um relatório preliminar, com 432 páginas indicando estar pronto para dar prosseguimento à proposta indicativa.

Os textos que compõem este projeto educacional foram extraídos do processo indicativo acima, com a finalidade de manter a fidelidade da proposta brasileira.



SISTEMA DEFENSIVO COLONIAL DO BRASIL



- **6 passos para a eternidade**

- Por iniciativa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), um “conjunto de bem seriado”, foi incluído na Lista Indicativa/2015 enviada à UNESCO para ascender ao honroso título de Patrimônio Mundial. O conjunto arquitetônico militar colonial é composto por dezenove fortificações coloniais que permeiam o vasto perímetro do Brasil.

- Tivemos a grata satisfação de prestar um “serviço nacional relevante, sem remuneração”, representando a Fundação Cultural Exército Brasileiro no Comitê Nacional criado pelo IPHAN (DOU, de 10/09/2018, pg 21) para auxiliar na elaboração do Sumário Executivo, com 646 páginas, enviado à UNESCO no dia 01/02/2021. No início de 2022, o Conselho Mundial da UNESCO emitiu um documento indicativo de exigências a cumprir, denominado “Nomination completeness check state party Brazil”. Um bom sinal sem dúvida, embora com exigências não realizadas até os dias atuais.

- As fortificações coloniais indicadas, como “conjunto de bem seriado”, possuem qualidades impares mundo afora e enorme “valor universal de excepcionalidade” (VUE), resultante de uma análise metodológica de seis componentes indispensáveis a serem examinados “in loco”: acessibilidade, autenticidade, sustentabilidade, finalidade, visibilidade e pertencimento. Os quatro primeiros atributos são qualificativos, ou seja, podem ser apresentados de forma incompleta, com perspectivas de ações a realizar. A “visibilidade” abrange a paisagem ambiental do entorno do bem patrimonial e o “pertencimento” refere-se ao valor simbólico que o “conjunto de bem seriado” tem para a população que vive no país que o indicou (Brasil, no caso).

- **6 passos para a eternidade**

- As fortificações indicadas no Estado de São Paulo – Forte de São João, Bertioga e Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, Guarujá – cumprem perfeitamente as exigências acima, com uma ressalva de acessibilidade na Fortaleza de Santo Amaro, mas já com projeto arquitetônico elaborado pela coordenadoria regional do IPHAN/SP.

- Cumpre salientar ainda que o processo indicativo para o Patrimônio Mundial se assemelha simbolicamente à trajetória imaginária de um arco-íris em busca de um “pote de ouro” (fábula irlandesa de autor desconhecido). Este olhar simbólico sinaliza o percurso de uma longa jornada, propositalmente “longa” para viabilizar a conscientização, a consolidação e a preparação dos bens culturais a serem avaliados pelo Conselho Mundial da UNESCO. Aliás, alcançar o “pote de ouro” não é tão significativo quanto as ações positivas já em andamento há algum tempo.

- O assunto passou a fazer parte de um hobby curtido deste 1993 quando destacamos na Revista Leopoldianun, Vol. XIX, uma síntese sobre as treze crônicas da saudosa jornalista Lydia Federici, publicadas no jornal A TRIBUNA, entre outubro de 1991 e julho de 1993, na sua coluna “Gente e coisas da Cidade”. Lydia, entusiasta do processo indicativo, infelizmente não pode nos acompanhar na data da inauguração das obras de restauração (21 de abril de 1997), mas nos deixou, na sua última crônica (30 de julho de 1993), uma mensagem que replicamos aqui na esperança de ver aquilo que a vida não lhe deu a oportunidade de ver: “Pois é isso. Então, ao menos em imaginação, ajude, amigo, com maior ou menos força que você tem, a segurar as paredes da antiga Fortaleza da Barra, Tá?”

- Elcio Rogerio Secomandi, Cel Art Vtno / Membro da Academia Santista de Letras



Uma “viagem virtual” ao longo do vasto perímetro do Brasil.

Agradecimentos ao IPHAN por nos colocar entre os colaboradores do projeto com 646 páginas, enviado à UNESCO, com indicação de um conjunto de fortificações coloniais para o Patrimônio Mundial (pág 7):

Acknowledgements

Arqueolog

Elcio Secomandi

José Claudio dos Santos

Marcos Antônio G. M. Albuquerque

Maria de Betânia Correa de Araújo

Veleda Lucena

Victor Hugo Mori

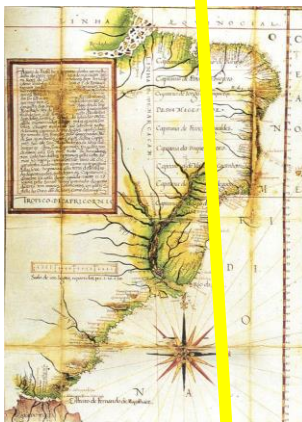
Categorização: Monumentos em série; Arquitetura militar; XVI ao século XIX; cobertura nacional.

O conjunto de fortalezas instaladas pelos europeus no Brasil originou-se em um processo de ocupação territorial, diferente dos encontrados em outras potências coloniais. Baseou-se em um esforço descentralizado, decorrente das ações dos habitantes das diferentes capitanias que formaram o Brasil, sem maior intervenção da pátria-mãe. Isso resultou na construção de centenas de fortalezas, espalhadas por todo o país, construídas para atender mais aos interesses locais do que a pátria. As fortalezas não só marcaram a presença de vilas e cidades de origem lusitano, mas também o contato entre diferentes culturas. Muitos dos edifícios e assentamentos defensivos foram criados onde já havia assentamentos indígenas, enquanto os fortes franceses, ingleses, holandeses e espanhóis foram destruídos por forças que não foram enviadas dos países-mãe, mas por residentes no Brasil. Estes foram mobilizados sem mais directivas da Europa, marcando a formação de um território com a sua própria língua e identidade, diferente de todos os outros territórios existentes no Novo Mundo e um território que teria uma extensão geográfica maior do que o continente europeu. Devido à natureza dos esforços descentralizados que saem de pequenas ações comunitárias sem maior apoio do governo português, o resultado foi uma variedade de obras, com diferentes traços, estilos e técnicas de construção que serviram para demarcar a engenhosidade e criatividade das pessoas em encontrar soluções únicas para abordar condições ecológicas e culturais que eram muito diferentes das existentes no Velho Mundo. Ainda hoje, existem dezenas dessas fortalezas luso-brasileiras apontando suas atividades para estabelecer uma cultura única. O objetivo desta aplicação é apresentar um conjunto de fortalezas que inclui uma seleção de 19 monumentos (dezenove) representando as formidáveis defesas implantadas no Brasil, os pontos que serviram para definir as fronteiras marítimas e fluviais que resultaram no maior país da América Latina: o Brasil. A seleção dos monumentos caiu nas seguintes obras:

FORTIFICAÇÕES INDICADAS PARA O PATRIMÔNIO MUNDIAL

Séculos XVI

**Fortificações a LESTE
da linha imaginária de Tordesilhas:
principais baías a defender.**



- 1- Forte dos Reis Magos, 1598, Natal, RN**
- 2- Forte de Santa Catarina, 1585, Cabedelo, PB**
- 3- Forte do Brum, 1594, Recife, PE**
- 4- Forte de Santo Antônio da Barra, 1583, Salvador, BA**
- 5- Forte de N. S. Monte Serrat, 1584, Salvador, BA**
- 6- Fortaleza de São João, 1565, Rio de Janeiro, RJ**
- 7- Fortaleza de Santa Cruz, Niterói, RJ**
- 8- Forte de São João, 1551, Bertioga, SP**
- 9- Fortaleza de Santo Amaro, 1584, Guarujá, SP**



1. Forte Reis Magos (Natal/RN, 5º 45' 22 "S, 35º 11' 41"W): Construído de acordo com o projeto 1597 do padre jesuíta espanhol Gaspar Samperes, o forte é o primeiro da América lusitana a seguir o traço *italienne*, com uma arquitetura única no Brasil, com uma linha *tenaille* ao lado do rio e meias bastiões com *orillons* ao lado da terra. Construído como parte da campanha por moradores pernambucanos para expulsar os comerciantes franceses que trabalhavam com populações indígenas, foi atacado por uma força francesa e indiana no mesmo ano de sua construção. Mais tarde, em 1634, o forte foi tomado pelos holandeses, permanecendo sob sua administração por vinte anos. Administrado pelo IPHAN, é a maior atração cultural da cidade de Natal/RN. Proteção federal de 1943.



2. Forte de Santa Catarina (Cabedelo/PB, 6°58'8.51"S, 34°50'24.80"W): Datado de 1590, o forte foi construído após uma longa campanha para subjugar os habitantes nativos que, juntamente com os franceses, contestaram a ocupação de seus territórios. Atacado em 1596 por treze navios franceses, o Forte foi renovado por moradores locais em 1603. Em 1631, a posição resistiu a um ataque da Dutch Indies Company antes de ser tomada em 1634. Reconstruído pelos holandeses dois anos depois, o trabalho atual é de 1700, seguindo partes dos reasces do Forte Holandês, uma linha tenailles para o rio, com bastiões defendendo o lado da terra. É administrado pelo Governo do Estado da Paraíba hoje, que mantém um museu no local. Proteção federal de 1938.



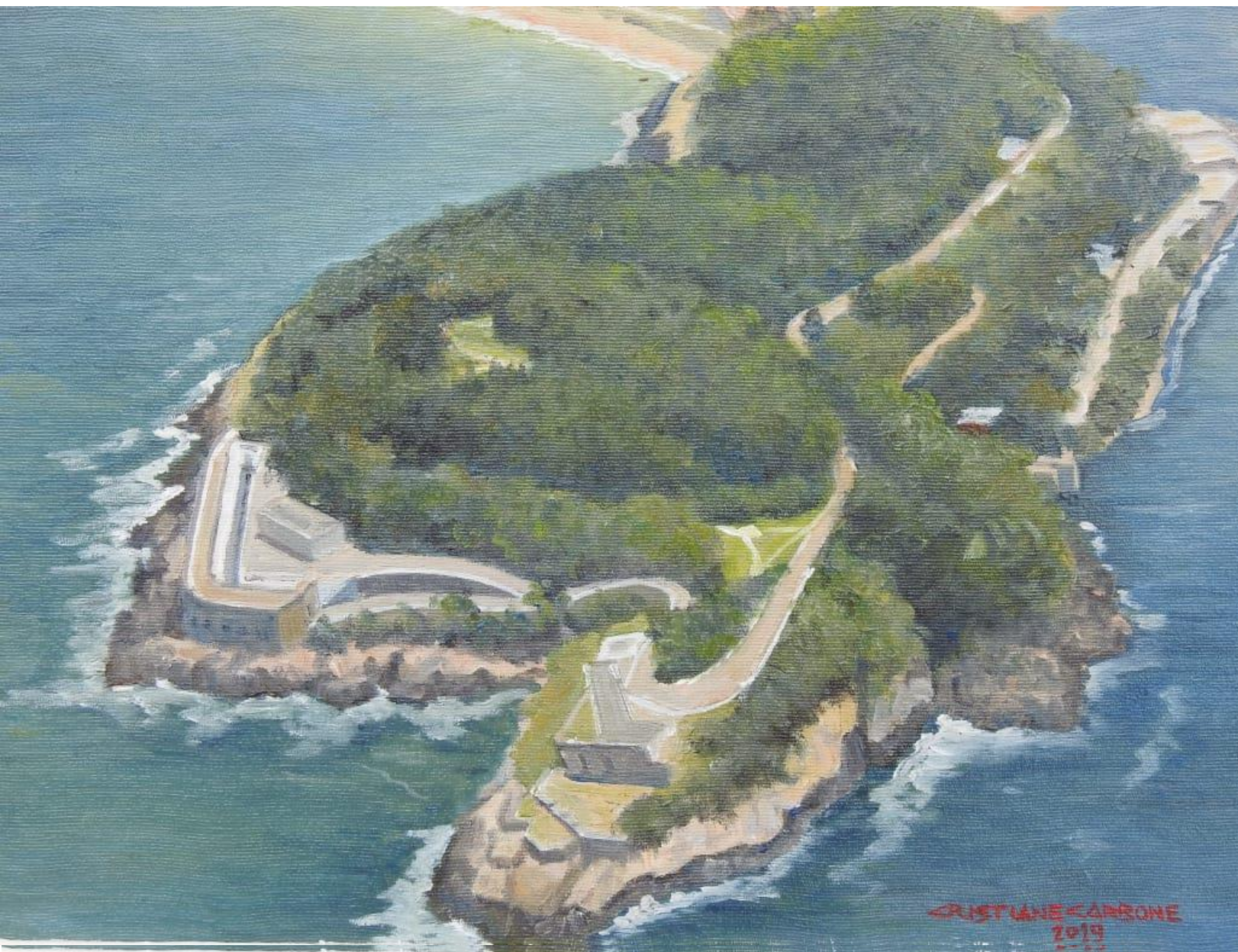
3. Forte São João Batista do Brum (Recife/PE, 8º 3' 10"S, 34º 52' 15"W): As origens do Forte remontam a 1595, quando os corsários ingleses, sob o comando de James Lancaster, ergueram o forte. Mais tarde, o forte sofreria várias expansões e modificações. Uma modificação que marcou sua história foi a construção de Schans de Bruyne, pelos holandeses em 1630, um dos principais pontos de resistência para o cerco das forças luso-brasileiras, que ocorreu entre 1630 e 1635. O Forte foi reconstruído em tijolo e pedra com o mesmo layout dos holandeses em 1690, uma cortina reta para o mar com bastiões e meias-bases para terra, mantendo a versão portuguesa do nome holandês, Brum. Pertence ao Exército, que abriga um museu. Proteção federal de 1938.



4. Forte de Santo Antônio da Barra (Salvador/BA, 13° 0' 36"S, 38° 31' 58" W): O forte é moldado em um decagon irregular em tenaille, com grandes quartéis em suas muralhas. Construído no lugar da segunda cidade lusitano de Salvador (1534), teve que ser evacuada por causa da resistência nativa e foi reconstruída durante 1582, logo após a União das Coroas de Portugal e Espanha (1580-1640), com o risco crescente de ataques por potências europeias. O forte fez parte das defesas adicionais de Salvador e ocorreu em combates contra corsários ingleses e holandeses, que marcam a história da cidade no final do século XVI e início do século XVII. Atualmente serve como um museu naval. Proteção federal de 1938.



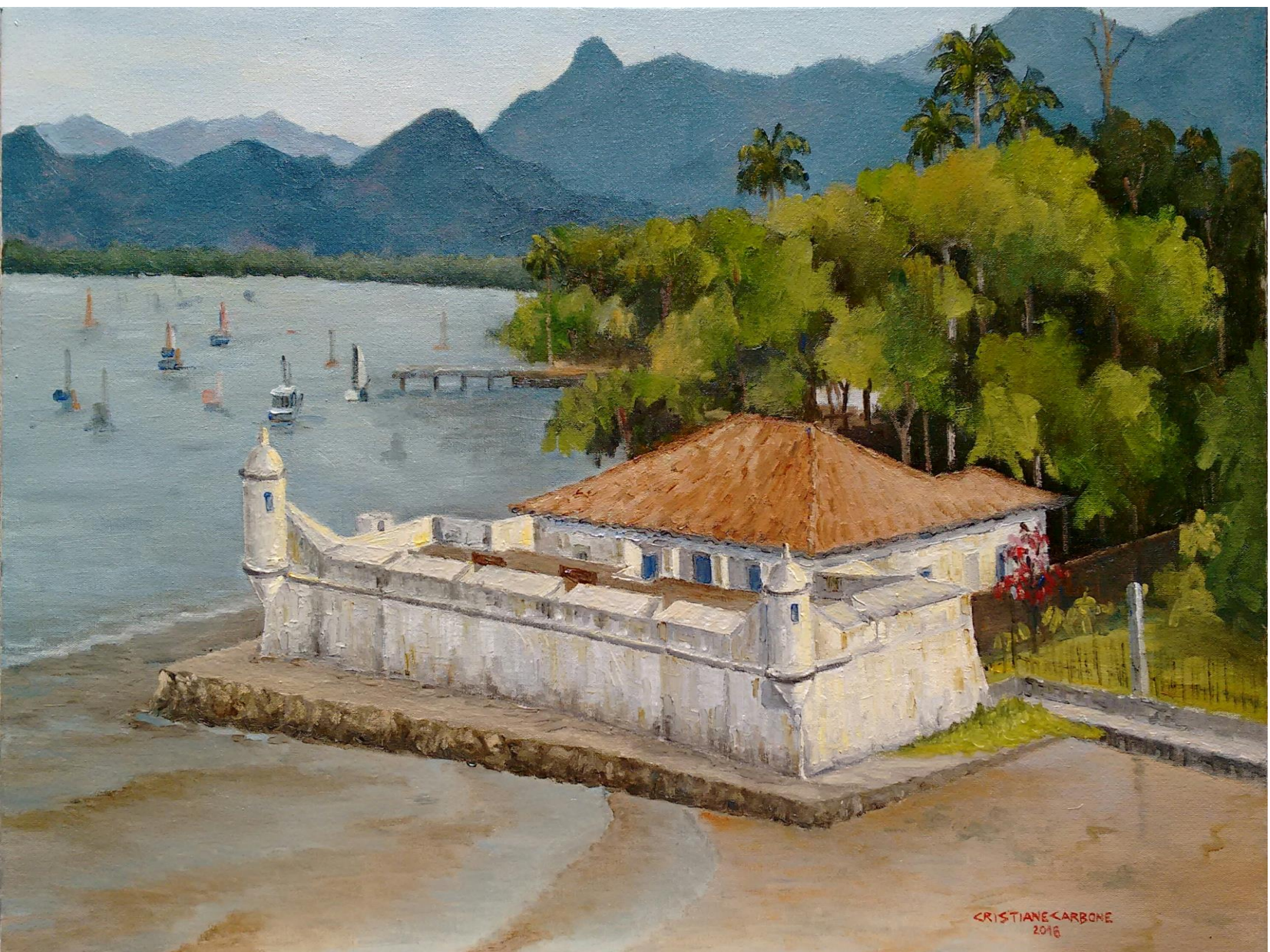
5. Forte de Nossa Senhora de Monte Serrat (Salvador/BA, 12° 55' 47"S, 38° 31' 3" W): Construído em 1582, é um forte de transição com algumas características de um castelo medieval, com as suas grandes torres em ângulos salientes, mas com um *terreple-in* já adaptado ao uso de canhões e um bairro exposto na parte de trás das paredes. Participou de combates contra corsários ingleses e holandeses em 1587, 1599, 1604 e 1627. Foi tomada pela frota da Dutch Indies Company em 1624, servindo como o ponto de resistência holandês contra os habitantes locais em um cerco pelos moradores de Salvador. Tomado em 1625, foi novamente invadido pelos holandeses em 1638, também participando do encontro contra a frota da Companhia das Índias Ocidentais em 1647. Nestes tempos de conflito, sempre foi guarnecido pelos milicianos baianos. Atualmente é administrado pelo Exército. Proteção federal de 1957.



6. Fortaleza de São João (Rio de Janeiro/RJ, 22° 56' 36" S, 43° 9' 25" W): erigido no local onde os colonos de São Vicente fundaram a cidade do Rio de Janeiro em 1565 para lutar contra os calvinistas franceses que se estabeleceram na Baía de Guanabara dez anos antes. Atacado várias vezes pelos franceses e indígenas, o forte serviu como base de operações para a conquista da região. O presente trabalho, construído ao longo de quase trezentos anos de 1602 a 1864, o aglomerado é formado por três fortes diferentes, um de traço *italienne*, uma bateria irregular e outra casemated no canal de navegação. Ainda em uso pelo Exército, é um museu. Proteção federal de 1938.



7. Fortaleza de Santa Cruz da Barra (Niterói/RJ, 22° 56' 56" S, 43° 8' 3" W): O Forte começou a ser levantado em 1578 como principal defesa da cidade do Rio de Janeiro, e tem sido mantido em operações e em constante expansão por trezentos anos. No início do século XVIII, tornou-se o maior forte da América portuguesa, sendo a sua construção irregular um testemunho de diferentes estilos e programas defensivos. Mesmo considerando sua importância, não poderia impedir o corsário francês René Duguay-Trouin de invadir a Baía de Guanabara em 1711, e demitir a cidade. A fortaleza ainda está em uso pelo exército, que tem seu próprio programa de visitação turística. Proteção federal de 1939.



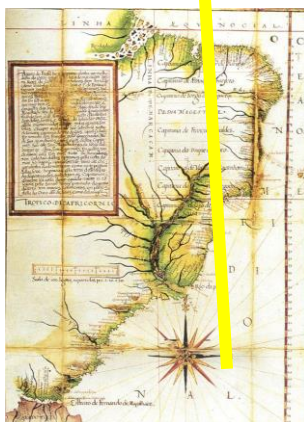
8 . Forte de São João (Bertioga/SP, 23º 51' 18" S, 46º 08' 04" W: Originalmente construído em 1532 para impedir que os povos indígenas usassem o canal Bertioga para atacar as cidades de Santos, foi o posto militar em que o artilheiro alemão Hans Staden, autor de uma das primeiras contas da conquista da América, serviu. A partir daí, moradores de St. Vincent usou-o para expulsar os calvinistas franceses que haviam encontrado um assentamento no Rio de Janeiro em 1555. O forte atual foi erguido em 1750 no contexto de fixar as fronteiras com a América espanhola, com um formato de bateria retangular muito estreito, e na parte de trás um corrimão na forma de uma tenaille. É um museu do governo municipal. Proteção federal de 1940.



9. Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande (Guarujá/SP, 23º 59' 40" S, 46º 18' 25" W): Construída de 1584 quando Portugal e Brasil faziam parte da União Ibérica (1580-1640), foi projetada pelo arquiteto italiano Bautista Antonelli em resposta a um ataque do soldado inglês George Fenton realizado no ano anterior. A Fortaleza, no entanto, ainda não estava pronta quando outro inglês, Thomas Cavendish, saqueou a cidade de Santos em 1588. O forte, a principal defesa de Santos, foi mantido em operação até 1908. Seu formato é de duas baterias retangulares sobrepostas com uma longa cortina defendendo a costa e uma bateria auxiliar no topo da elevação onde está localizada. Atualmente, funciona como um museu municipal. Proteção federal de 1964.

FORTIFICAÇÕES INDICADAS PARA O PATRIMÔNIO MUNDIAL

**Séculos XVII
Fortificações no
Nordeste : período de
ocupação holandesa.
1624-1654**



- 10- Forte das Cinco Pontas, 1629, Recife, PE
- 11- Forte de Santa Cruz, 1630, Itamaracá, PE
- 12- Forte de São Marcelo, 1650, Salvador, BA
- 13- Forte de São Diogo, 1625, Salvador, BA
- 14- Forte de Santa Maria, 1652, Salvador, BA



10. Forte de São Tiago das Cinco Pontas (Recife/RE, 8º 4' 18"S, 34º 52' 51"W): Originalmente construído como um forte pentagonal traçado italiano pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais em 1630, foi um elemento-chave para as defesas holandesas da cidade do Recife, sendo mantido sob cerco pelos moradores de Pernambuco durante os cercos de 1630 a 1635, e se seguiu aos cercos de 1645. Foi reconstruído por moradores pernambucanos no final do século XVII, adotando um layout retangular. No entanto, o nome do forte manteve o mesmo nome do forte como durante o episódio da ocupação holandesa de Pernambuco. Atualmente opera como o Museu da Cidade do Recife. Proteção federal de 1938.



11. Forte de Santa Cruz de Itamaracá (Itamaracá/PE): conhecido como Forte *Laranja*, é um dos testemunhos da ação portuguesa e holandesa em Pernambuco durante o período colonial. O monumento foi construído na década de 1630 por militares holandeses que servem a Companhia das Índias Orientais e sofreu várias mudanças em sua estrutura desde a restauração portuguesa de 1654, mudando seu nome para Forte *de Santa Cruz de Itamaracá*. Na alvenaria de calcário e lima, o forte atual apresenta um projeto regular de polígonos quadrangulares, com bastiões pentagonais nos vértices no sistema Vauban, caixas de sentinela de pedregulho, portões escutidos, bem como quartéis para as tropas, Command House, bunkers sob as paredes, envolvendo o embankment. Proteção federal de 1938.



12. Forte de São Marcelo (Salvador/BA): conhecido como Nossa Senhora do Pópulo e Forte de São Marcelo ou como Forte do Mar, Forte do Mar, foi construído fora da costa por medo dos portugueses de novas invasões holandesas. Sua função era impedir a entrada do Porto de Salvador, atravessando fogo com os Fortes de São Francisco, São Felipe e São Paulo de Gamboa. Influenciado pelo projeto do Forte Bugio, na costa do Tejo, sua construção se estendeu até o thséculo XVIII, com a participação do engenheiro francês Felipe Guiton, e seu compatriota o engenheiro Pedro Garcin. O design circular é constituído por uma torre principal envolvida por um anel de igual altura, formado pelo aterro do perímetro e pelo quartel. Na maçonaria de arenito, possui uma abóbada de barril, e é o único exemplo ainda existente de fortes em forma circular no país. Pertence ao IPHAN e está sob proteção federal desde 1938



13. Forte de São Diogo (Salvador/BA, 13 a 0'6.89"S, 38o31'58,03"W): O Forte faz parte do complexo Barra de Salvador, com os Fortes Santo Antônio e Santa Maria. Juntamente com o Forte de Santa Maria, o Forte de São Diogo foi construído em 1625, e reconstruído em 1694 na forma de uma bateria semicircular, com sede na encosta onde está centrada e onde foi fundado o primeiro assentamento português da Bahia. O Forte teve que ser abandonado em 1534 por causa da resistência nativa. Na pequena entrada na frente do forte de São Diogo, os holandeses desembarcaram em 1624, com as forças hispano-italianas-lusitanianas dirigindo os holandeses no ano seguinte. É propriedade do Exército. Proteção federal de 1954[



14. Forte de Santa Maria (Salvador/BA, 13° 0' 16"S, 38° 32' 2" W): O primeiro Forte de Santa Maria foi erguido logo após a reconquista da Bahia, em 1652, quando uma frota com mais de dez mil soldados (espanhol, italiano e português) veio a Salvador para retomar a cidade, ocupada pelas forças da Companhia das Índias Ocidentais Holandesas. Serviu para defender o pequeno porto, onde os holandeses haviam desembarcado no ano anterior e que mais uma vez foi usado para atacar a cidade em 1625. O trabalho atual é o resultado de uma reconstrução em 1694, em forma de retângulo com paredes em uma linha muito suave de tenalhes, com um capuz elevado nas paredes, como é típico da arquitetura militar baiana. Pertence ao Exército, responsável pela sua manutenção. Proteção federal de 1938

**Ilustrações: IPHAN,
História do Exército Brasileiro**



15. Fortaleza de São José (Macapá/AP, 0o 1'50.60"N e 51o 2'57.77"W): A fortificação quadrada de italienne traço de acordo com a escola francesa foi construída na margem norte do rio Amazonas, onde os irlandeses e britânicos estabeleceram postos comerciais e assentamentos para negociar com os nativos no início do século XVII. Após a destruição dessas ocupações, e a construção de um forte português no mesmo local, foi destruído pelos franceses em 1697 como resultado da propriedade reivindicada da margem norte da foz do rio Amazonas. O trabalho atual foi erguido em 1764 por colonos portugueses que, vindos da aldeia evacuada de El Jadida, Marrocos, participaram da formação da colônia estabelecida na região. A área protegida pela fortaleza foi posteriormente ocupada pelos franceses em 1838 e 1895, mas a situação foi resolvida por meios diplomáticos. Administrado pelo Governo do Estado do Amapá. Proteção federal de 1943.



16. Forte do Príncipe da Beira (Costa Marques/RO, 12º 25' 40"S, 64º 25' 22"W): Construído de acordo com o traço *italienne* em 1776 em uma tentativa fracassada de estabelecer um posto comercial com a América espanhola, está localizado em uma área há muito ocupada por povos indígenas, região em que os espanhóis estabeleceram a missão jesuíta de Santa Rosa. A presença portuguesa na área, que garantiu a comunicação fluvial entre os estados modernos do Pará e a região mineira de Mato Grosso, levou a dois ataques de tropas espanholas provenientes dos Andes, ambos repelidos, consolidando a posse dessa fronteira. Atualmente, é propriedade do Exército, aberto a visitas. Proteção federal de 1950.



17. Forte de Coimbra (Corumbá/MS, 19° 55' 12" S, 57° 47' 31" W): Instalado na margem leste do rio Paraguai, como forma de reivindicar a propriedade desta rota de comunicação para Portugal, o forte primitivo, construído em 1777, foi atacado e destruído pelos habitantes nativos, levando à reconstrução do forte em alvenaria de pedra no final do século XVIII com um golpe em tenalhes, com bastiões. Este local foi atacado sem sucesso pelos espanhóis em 1802, e o forte foi levado pelo Paraguai em 1864. Deficiente como uma fortaleza em 1998, é mantido hoje pelo Exército e está aberto a visitas. Proteção federal de 1974.

FORTIFICAÇÕES INDICADAS PARA O PATRIMÔNIO MUNDIAL

Século XVIII - Fortificações no limite Sul
da linha imaginária de Tordesilhas

- 18- Fortaleza de Santo Antônio de Ratones,
Florianópolis, SC
- 19- Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim,
Gov. Celso Ramos, SC



Ilustrações: IPHAN,
História do Exército Brasileiro





18. Fortateza de Santo Antônio de Ratoe (Florianópolis/SC, 27° 28' 21" S, 48° 33' 41" W): Construído em 1740 durante a implantação da capitania (estado) de Santa Catarina para apoiar as lutas na parte sul do continente contra os espanhóis. A conquista da ilha de Santa Catarina pelos espanhóis em 1777 e a troca da ilha pela *Colônia de Sacramento* (Uruguai) interromperam temporariamente o ciclo de confrontos no sul. Estes seriam reavivados com a independência do Brasil e a última ação militar brasileira no Uruguai, apoiada pelos fortes de Santa Catarina, que ocorreu em 1864. Aproveitando a insularidade, a posição do forte é formada por curva de cortina, uma construção adequada de recursos precários disponíveis então. A Universidade Federal de Santa Catarina mantém um programa de visitação do local. Proteção federal de 1938.



19. Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim (Governador Celso Ramos/SC, 27º 25' 36" S, 48º 33' 51" W: Construída em 1740, foi a principal defesa da capitania de Santa Catarina e, ao longo dos séculos, serviu outras funções como um hospital e até mesmo um albergue para viajantes estrangeiros que poderiam ter sido infectados por doenças contagiosas. O forte foi mantido operacional e em constante expansão até a década de 1950. Com uma forma irregular, a fortaleza consiste em uma série de baterias interligadas, cada uma de design robusto e muito simples. O conjunto é completado pelo grande quartel, que já foi a residência do governador, e um portão monumental em estilo oriental. Administrada pela Universidade Federal de Santa Catarina, é a Fortaleza de Santo Amaro da Barragem (Guarujá/SP): Com sua construção inicial a partir de abertura a visitas. Proteção federal de 1938.

Zé Corneteiro

Um homem simples da nossa região litorânea está sempre disposto, nos finais de semana, a levantar o astral das pessoas que circulam no Centro de Santos. Creio que os leitores de A Tribuna já o viram a caráter em reportagem de página inteira, tempos passados. Como ator de rua, “ele age, reage e se comporta, de acordo com os valores e princípios que orientam” a sua vida tão simples de microempresário do ramo de conserto de brinquedos.

Tenho uma admiração enorme pelo amigo Zé Corneteiro, que me faz lembrar de um ensaio escrito por Elbert Hubbard – Mensagem a Garcia –, publicado como um enxerto sem título na revista Philistine

de março de 1899, dando origem a dois filmes sobre o assunto. Embora Hubbard tenha afirmado que “eis um homem cuja forma deveria ser imortalizada em bronze e a sua estátua erigida em todos os colégios da Terra”, isso nos indica a importância da concentração da mente numa determinada coisa e fazê-la. Zé Corneteiro tem história centrada em um personagem ímpar, que se iniciou a partir de uma viagem que fizemos, eu e minha esposa, pela Europa Oriental.

Na República Checa, tivemos a oportunidade de ver ex-combatentes vendendo nas ruas as suas lembranças da guerra de libertação da extinta União Soviética e do desmembra-

mento da também extinta Iugoslávia, em 1922. É triste, sem dúvida, em todos os seus aspectos, ver ex-soldados de uma guerra justa vendendo suas lembranças para sobreviver.

A corneta com alamares de guerra nos leva a refletir sobre uma frase de Heric Hartmann (1922-1993), piloto de caça alemão na 2ª Guerra Mundial. “A guerra é um lugar onde jovens que não se conhecem e não se odeiam se matam entre si, por decisões de velhos que se conhecem, se odeiam, mas não se matam”. Parece paradoxal, o fato de um dos mais populares instrumentos de guerra atrair tantos jovens pela exaltação ao espírito de combate, assim descritos por Sun Tzu: os hinos aguçam a

coragem, a corneta aguça a obediência; o tambor, a flâmula e as bandeiras, aguçam respectivamente, a cadência, o comando e a vontade de acompanhar uma liderança marcante. O som de uma corneta ou os acordes de uma banda musical, seja qual for, sempre aguçam os ouvidos e a vontade de quem está ao alcance dos seus acordes: “coloque uma banda na rua e o povo vai atrás”, disse Napoleão Bonaparte.

Pena que roubaram a corneta original do Zé Corneteiro, pois ela era de cobre e tinha alamares de guerra. Mas ele não desistiu: comprou uma corneta simples de carnaval e voltou à luta, como um soldado no “corpo a corpo”. Parabéns, Zé Corneteiro!

ZÉ CORNETEIRO

Um homem simples da nossa região litorânea está sempre disposto, nos finais de semana, a levantar o astral das pessoas que circulam no centro da cidade de Santos. Creio que os leitores de A TRIBUNA já o viram à caráter em reportagem de página inteira, tempos passados. Como ator de rua “ele age, reage e se comporta, de acordo com os valores e princípios que orientam” a sua vida tão simples de microempresário do ramo de conserto de brinquedos.

Tenho uma admiração enorme pelo amigo Zé Corneteiro e me faz lembrar de um ensaio escrito por Elbert Hubbard – Mensagem a Garcia –, publicado como um enxerto sem título na revista Philistine de março de 1899, dando origem a dois filmes sobre o assunto. Embora Hubbard tenha afirmado “*Eis um homem cuja forma deveria ser imortalizada em bronze e a sua estátua erigida em todos os colégios da Terra*” nos indica a importância da concentração da mente numa determinada coisa e fazê-la.

Zé Corneteiro, tem história centrada em um personagem ímpar, que se iniciou a partir de uma viagem que fizemos, eu e minha esposa, pela Europa Oriental. Na República Checa tivemos a oportunidade de ver ex-combatentes vendendo nas ruas as suas lembranças da guerra de libertação da extinta União Soviética e do desmembramento da também extinta Iugoslávia, em 1922. É triste, sem dúvida, em todos os seus aspectos, ver ex-soldados de uma guerra justa vendendo suas lembranças para sobreviver.

A corneta com alamares de guerra, nos leva a refletir sobre uma frase de Heric Hartmann (1922 – 1993), piloto de caça alemão na 2ª Guerra Mundial: “A guerra é um lugar onde jovens que não se conhecem e não se odeiam se matam entre si, por decisões de velhos que se conhecem, se odeiam, mas não se matam”. Parecer paradoxal, o fato de um dos mais populares instrumentos de guerra atrair tantos jovens pela exaltação ao espírito de combate, assim descritos por Sun Tzu, c.500aC: os hinos aguçam a coragem, a corneta aguça a obediência; o tambor, a flâmula e as bandeias, aguçam respectivamente, a cadência, o comando e a vontade de acompanhar uma liderança marcante. O som de uma corneta ou os acordes de uma banda musical, seja qual for, sempre aguçam os ouvidos e a vontade de quem está ao alcance dos seus acordes: “coloque uma banda na rua e o povo vai atrás”, disse Napoleão Bonaparte.

Pena que roubaram a corneta original do Zé Corneteiro, pois ela era de cobre e tinha alamares de guerra. Mas ele não desistiu: comprou uma corneta simples de carnaval e voltou à luta, como um soldado no “corpo-a-corpo”. Parabéns! Zé Corneteiro.

Dissertar, defender e justificar

Eis a questão! Dissertar, defender e justificar são os três verbos indicativos de ações a realizar, fundamentais para quase todas as atividades humanas que precisam ser repassadas por escrito, defendidas verbalmente e fundamentadas em fontes de consultas confiáveis.

Segundo Petter F. Drucker, maior expoente da Administração moderna, saber interpretar corretamente uma proposição é mais importante que o encontro de soluções, pois, segundo ele, “nada pior que a resposta certa para uma questão interpretada erroneamente”. Por exemplo, se a questão dissertativa for sobre a “influência da barbatana do camarão na variação da maré”, quem estudou e tem bons conhecimentos sobre o

crustáceo, provavelmente, irá escrever páginas inteiras, sem atentar-se para uma proposta focada apenas na “influência” – absurda, claro – da barbatana na variação da maré.

Interpretar corretamente uma missão é tão importante ao ponto de levar Napoleão Bonaparte a manter no seu Estado-Maior o coronel menos inteligente do Exército francês (mais burro seria ofensivo a todos eles) e nenhuma ordem de operações era emitida antes que o referido coronel a lesse e interpretasse. Por uma razão simples, mas decisiva num “teatro de operações” envolvendo quase toda a Europa: se aquele coronel obtuso a entendesse, provavelmente todos os demais comandantes operacionais (coronéis, via de re-

gra) a entenderiam também.

Para alertar os estudiosos sobre a importância dos verbos indicativos acima listados, resolvemos reproduzir em oito idiomas 13 palestras realizadas no exterior sobre o lado belo da arquitetura militar que ainda permeia o vasto perímetro do Brasil, disponibilizando-as em website que se abre com o sobrenome do autor desta comunicação. O modelo dissertativo, expositivo e referencial aplicado nos textos das referidas palestras está assentado sobre o guia para apresentação de trabalhos nos seminários do Conselho Internacional de Museus e Sítios e no Comitê Internacional sobre Fortificações (Icomos/Icofort), dos quais fazemos parte. Todos os arquivos estão estruturados

no formato tradicional de iniciação científica.

As consultas ao projeto educacional de domínio público, surpreendentes, positivamente, pelo fato de estar ultrapassando uma centena de visitas/mês, em diversos países, o que nos indica um desejo maior das pessoas – em particular os estudantes – em aprofundar conhecimentos sobre a arte de colocar no papel algumas ideias fundamentais que permitam comprovar o domínio de determinados conhecimentos acadêmicos. Esperamos que os modelos disponibilizados tenham alguma utilidade para quem precisa demonstrar habilidades no emprego dos verbos indicativos utilizados em quase todos os modelos de processo seletivo.

Dissertar, defender e justificar

Eis a questão! Dissertar, defender e justificar são os três verbos indicativos de ações a realizar, fundamentais para quase todas as atividades humanas que precisam ser repassadas por escrito, defendidas verbalmente e fundamentadas em fontes de consultas confiáveis.

Segundo Petter F. Drucker, maior expoente da Administração moderna, saber interpretar corretamente uma proposição é mais importante que o encontro de soluções, pois, segundo ele, “nada pior que a resposta certa para uma questão interpretada erroneamente”. Por exemplo, se a questão dissertativa for sobre a “influência da barbatana do camarão na variação da maré”, quem estudou e tem bons conhecimentos sobre o crustáceo, provavelmente irá escrever páginas inteiras, sem atentar-se para uma proposta focada apenas na “influência” – absurda, claro – da barbatana na variação da maré.

Interpretar corretamente uma missão é tão importante ao ponto de levar Napoleão Bonaparte a manter no seu Estado-Maior o coronel menor inteligente do Exército francês (mais burro seria ofensivo a todos eles) e nenhuma ordem de operações era emitida antes que o referido coronel a lesse e interpretasse. Por uma razão simples, mas decisiva num “teatro de operações” envolvendo quase toda a Europa: se aquele coronel obtuso a entendesse, provavelmente todos os demais comandantes operacionais (coronéis, via de regra) a entenderiam também.

Para alertar os estudiosos sobre a importância dos verbos indicativos (acima), resolvemos reproduzir em oito idiomas, treze palestras realizadas no exterior sobre o lado belo da arquitetura militar coloniais que ainda permeia o vasto perímetro do Brasil, disponibilizando-as em website que se abre com o sobrenome do autor desta comunicação. O modelo dissertativo, expositivo e referencial aplicado nos textos das referidas palestras está assentado sobre o guia para apresentação de trabalhos nos seminários do Conselho Internacional de Museus e Sítios e no Comitê Internacional sobre Fortificações (ICOMOS/ICOFORT), dos quais fazemos parte. Todos os arquivos estão estruturados no formato tradicional de iniciação científica.

As consultas ao projeto educacional de domínio público, surpreende-nos, positivamente, pelo fato de estar ultrapassando uma centena de visitas/mês, em diversos países, o que nos indica um desejo maior das pessoas – em particular os estudantes – em aprofundar conhecimentos sobre a arte de colocar no papel algumas ideias fundamentais que permitam comprovar o domínio de determinados conhecimentos acadêmicos. Esperamos que os modelos disponibilizados tenham alguma utilidade para quem precisa demonstrar habilidades no emprego dos verbos indicativos utilizados em quase todos os modelos de processo seletivo.

Reminiscência de uma vida na caserna

Há alguns anos, no passado, fui à embaixada americana para renovar o meu visto de entrada naquele país. Um sargento do exército americano que organizava a fila de espera reconheceu a minha situação de militar, talvez pelo olhar e atitude que tomei instintivamente. Perguntou-me, então: “O senhor é militar?”. “Sim”, respondi. “Então me acompanhe, por favor”.

Percebi o valor imenso que os militares americanos dão aos soldados, não importa de que país ou região mundo afora. Lembrei-me então de uma frase do presidente dos EUA, John F. Kennedy, dirigindo-se aos soldados: “À pátria tudo se dá, nada se pede, nem mesmo a compreensão”.

Infelizmente, no Brasil, a alta consideração que a população tinha para com os nossos soldados – de todos os postos, graduações ou recrutas – está se perdendo por ações que não me compete aqui analisar. Mas... haverá sempre um momento para se recordar um trecho da carta que Muniz Barreto escreveu em 1893, a El-Rei de Portugal, D. Carlos I.

“Senhor, existem, em vosso reino, umas casas onde os homens vivem em comum, comendo do mesmo alimento, dormindo em leitos iguais. De manhã, a um toque de corneta, levantam-se para obedecer. De noite, a outro toque de corneta, deitam-se obedecendo. Da vontade fi-

zeram renúncia, por ofício desprezam a morte e o sacrifício físico. Quando se põem em marcha, à sua esquerda vai a coragem e à direita a disciplina”.

Essa colocação visando valorizar o soldado e sua vida em caserna, nos faz lembrar que tivemos, há muitos anos passados, a oportunidade de lidar com grupos de trabalhadores em greve, numa grande indústria da nossa região.

Os trabalhadores se organizavam para uma enorme manifestação pública. Nós éramos apenas uma centena de soldados com a missão de proteger a grande indústria de propriedade governamental. Ao anoitecer, tivemos que dialogar com mais de

dois mil grevistas, subindo em um coreto para dizer-lhes que a nossa missão era apenas a de proteger a indústria e o emprego de todos eles: “Se vocês tentarem entrar na área industrial vão ter que passar sobre estes jovens soldados. Mas, se forem para a cidade, nada temos a opor”. Bem, fomos aplaudidos e cada um seguiu o seu caminho.

Esta breve recordação comentamos recentemente com o amigo João Jorge Peralta, há época um dos trabalhadores da grande indústria e hoje um dos meus melhores amigos. Revivemos, assim, um passado não muito recente, com muita compreensão sobre os tempos bons e ruins que a vida nos prepara.

REMINISCÊNCIA DE UMA VIDA NA CASERNA

Há alguns anos, no passado, fui à Embaixada Americana para renovar o meu visto de entrada naquele país. Um sargento do Exército Americano que organizava a fila de espera reconheceu a minha situação de militar, talvez pelo olhar e atitude que tomei instintivamente. Perguntou-me então: “O Sr é militar? – Sim, respondi! – Então me acompanhe, por favor!”.

Percebi o valor imenso que os militares americanos dão aos soldados, não importa de que país ou região mundo afora. Lembrei-me então de uma frase do presidente dos EEUU, John F. Kennedy, dirigindo-se aos soldados: “À Pátria tudo se dá, nada se pede, nem mesmo a compreensão”.

Infelizmente, no Brasil, a alta consideração que a população tinha para com os nossos soldados – de todos aos postos, graduações ou recrutas – está se perdendo por ações que não me compete aqui analisar. Mas... haverá sempre um momento para se recordar um trecho da carta que Muniz Barreto escreveu em 1893, a El-Rei de Portugal, D. Carlos I.

“Senhor, existem, em vosso reino, umas casas onde os homens vivem em comum, comendo do mesmo alimento, dormindo em leitos iguais. De manhã, a um toque de corneta, levantam-se para obedecer. De noite, a outro toque de corneta, deitam-se obedecendo. Da vontade fizeram renúncia, por ofício desprezam a morte e o sacrifício físico. Quando se põem em marcha, a sua esquerda vai a coragem e à direita a disciplina”.

Esta colocação visando valorizar o soldado e sua vida em caserna, nos faz lembrar que tivemos, há muitos anos passados, a oportunidade de lidar com grupos de trabalhadores em greve, numa grande indústria da nossa região. Os trabalhadores se organizavam para uma enorme manifestação pública. Nós éramos apenas uma centena de soldados com a missão de proteger a grande indústria de propriedade governamental. Ao anoitecer, tivemos que dialogar com mais de dois mil grevistas, subindo em um coreto para dizer-lhes que a nossa missão era apenas a de proteger a indústria e o emprego de todos eles: “Se vocês tentarem entrar na área industrial vão ter que passar sobre estes jovens soldados. Mas, se forem para a cidade, nada temos a opor”. Bem, fomos aplaudidos e cada um seguiu o seu caminho.

Esta breve recordação comentamos recentemente com o amigo João Jorge Peralta, há época, um dos trabalhadores da grande indústria e hoje um dos meus melhores amigos. Revivemos, assim, um passado não muito recente, com muita compreensão sobre os tempos bons e ruins que a vida nos prepara.

Tanta tormenta e tanto dano

Com uma paráfrase extraída do poema Os Lusíadas, “no mar, tanta tormenta, tanto dano; na terra, tanta guerra, tanto engano”, ousamos destacar a importância das fortificações coloniais que, ainda hoje, permeiam o vasto perímetro do Brasil, desafiando o longo passar dos séculos, as intempéries e, por vezes, o terrível abandono.

Durante o longo período colonial, Portugal não dispunha de gente e de militares suficientes para defender o enorme espaço territorial do Brasil. O modelo aplicado foi o de “sesmarias”, responsabilizando os donatários pela execução da defesa terrestre. Eles eram obrigados a edificar a Câmara,

a Cadeia e uma fortificação para a defesa aproximada, ficando Portugal apenas com a defesa marítima. Assim, surgiu o que hoje se chama parceria público privada, por meio da construção de um sistema defensivo autóctone, ímpar mundo afora, e que hoje busca o reconhecimento pela Unesco como Patrimônio Mundial.

A grandeza e o esplendor das espessas muralhas de pedras pintadas de branco e expostas ao sol do entardecer assustavam os piratas, os corsários e os aventureiros de outras nações colonizadoras.

A defesa funcionava em três tempos: os navios piratas até poderiam entrar nas baías litorâneas e sa-

quear as cidades, mas eram fustigados na saída, conforme descrito no Plano de Defesa do Porto de Santos, de dezembro de 1800. A partir da Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande efetuava-se um tiro de salva, repicado pelas demais fortificações e, assim, “toda a gente da vila capaz de pegar em armas deve seguir para os seus locais de defesa, levando consigo suas armas”.

O primeiro e único forte construído na Ilha de São Vicente para a defesa aproximada ficava na embocadura do Rio Itororó, erguido antes mesmo da ocupação oficial da Vila de Santos, empreendida por Braz Cubas, em 1546.

O Forte recebeu o nome de Nossa Senhora do Monte Serrat, mas infelizmente não foi obstáculo para o ataque do pirata holandês John Spielberg em 1614. Ele foi desmontado em 1876 para dar lugar à Alfândega de Santos, antecedendo ao chamado Porto Organizado, criado em 1892, quando a Companhia Docas de Santos (CDS) foi implantada. As pedras da extinta fortificação foram utilizadas na construção dos primeiros metros do cais de atracação e o seu desmonte foi “compensado” muitos anos depois, dando à santa católica o título de padroeira da cidade.

TANTA TORMENTA E TANTO DANO.

Com uma paráfrase extraída do poema Os Lusíadas – “no mar, tanta tormenta, tanto dano; na terra, tanta guerra, tanto engano” –, ousamos destacar a importância das fortificações coloniais que, ainda hoje, permeiam o vasto perímetro do Brasil, desafiando o longo passar dos séculos, as intempéries e, por vezes, o terrível abandono.

Durante o longo período colonial, Portugal não dispunha de gente e de militares suficientes para defender o enorme espaço territorial do Brasil. O modelo aplicado foi o de “sesmarias”, responsabilizando os donatários pela execução da defesa terrestre.

Eles eram obrigados a edificar a Câmara, a Cadeia e uma fortificação para a defesa aproximada, ficando Portugal apenas com a defesa marítima. E, assim, surgiu o que hoje se chama “parceria público privada”, por meio da construção de um sistema defensivo autóctone, impar mundo afora, e que hoje busca um reconhecimento pela UNESCO como Patrimônio Mundial.

A grandeza e esplendor das espessas muralhas de pedras pintadas de branco e expostas ao sol do entardecer, assustavam os piratas, os corsários e os aventureiros de outras nações colonizadoras. A defesa funcionava em três tempos: os navios piratas até poderiam entrar nas baías litorâneas e saquear as cidades, mas eram fustigados na saída, conforme descrito no Plano de Defesa do Porto de Santos, de dezembro de 1800. A Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, efetuava um tiro de salva, repicado pelas demais fortificações e, assim, “toda a gente da vila capaz de pegar em armas deve seguir para os seus locais de defesa, levando consigo suas armas”.

O primeiro e único forte construído na Ilha de São Vicente, para a defesa aproximada, ficava na embocadura do Rio Itororó, erguido antes mesmo da ocupação oficial da vila de Santos, empreendida por Brás Cubas, em 1546. O Forte recebeu o nome de Nossa Senhora do Monte Serrat, mas, infelizmente não foi obstáculo para o ataque do pirata holandês, John Spielberg, em 1614. Ele foi desmontado em 1876 para dar lugar à Alfândega de Santos, antecedendo ao chamado Porto Organizado, criado em 1892, quando a Companhia Docas de Santos (CDS) foi implantada. As pedras da extinta fortificação foram utilizadas na construção dos primeiros metros do cais de atracação e o seu desmonte foi “compensado” muitos anos depois dando à santa católica o título de padroeira da cidade.

Infelizmente, no Brasil, a alta consideração que a população tinha para com os nossos soldados – de todos aos postos, graduações ou recrutas – está se perdendo por ações que não me compete aqui analisar. Mas... haverá sempre um momento para se recordar um trecho da carta que Muniz Barreto escreveu em 1893, a El-Rei de Portugal, D. Carlos I.

“Senhor, existem, em vosso reino, umas casas onde os homens vivem em comum, comendo do mesmo alimento, dormindo em leitos iguais. De manhã, a um toque de corneta, levantam-se para obedecer. De noite, a outro toque de corneta, deitam-se obedecendo. Da vontade fizeram renúncia, por ofício desprezam a morte e o sacrifício físico. Quando se põem em marcha, a sua esquerda vai a coragem e à direita a disciplina”.

Esta colocação visando valorizar o soldado e sua vida em caserna, nos faz lembrar que tivemos, há muitos anos passados, a oportunidade de lidar com grupos de trabalhadores em greve, numa grande indústria da nossa região. Os trabalhadores se organizavam para uma enorme manifestação pública. Nós éramos apenas uma centena de soldados com a missão de proteger a grande indústria de propriedade governamental. Ao anoitecer, tivemos que dialogar com mais de dois mil grevistas, subindo em um coreto para dizer-lhes que a nossa missão era apenas a de proteger a indústria e o emprego de todos eles: “Se vocês tentarem entrar na área industrial vão ter que passar sobre estes jovens soldados. Mas, se forem para a cidade, nada temos a opor”. Bem, fomos aplaudidos e cada um seguiu o seu caminho.

Esta breve recordação comentamos recentemente com o amigo João Jorge Peralta, há época, um dos trabalhadores da grande indústria e hoje um dos meus melhores amigos. Revivemos, assim, um passado não muito recente, com muita compreensão sobre os tempos bons e ruins que a vida nos prepara.

Eu sou a Fortaleza de Santo Amaro!

Estou aqui desde 1583 desafiando o longo passar dos séculos, as intempéries e, por vezes, o terrível abandono. Ao completar 400 anos (1583-1983), eu estava abandonada, vilipendiada, assaltada por vândalos, quase perdida na poeira do tempo. Mas, das ruínas, ressurgi como a Fênix, por ação conjunta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, da Sociedade Visconde de São Leopoldo, da Universidade Católica de Santos e da Prefeitura de Guarujá. Fui adotada, por mais de 30 anos (1983-2014), pela UniSantos e, agora, hospedo o Museu Histórico Fortaleza da Barra, administrado pela Prefeitura de Guarujá.

Minha "certificação de nascimento", com 12 páginas manuscritas, está no Arquivo General de Indias, Sevilha, Espanha, datado de 5 de agosto de 1583, charcas 41, Doc 27, página 6, do almirante Dom Diogo Flórez Valdés ao rei Felipe II de Espanha (Felipe I de Portugal). O almirante Valdés, capitão general das costas do Brasil, no início do longo período de união das coroas ibéricas (1580-1640), percorreu o litoral pouco recortado da América do Sul, com dezesseis naus da invencível armada espanhola, entre setembro de 1582 e maio de 1584.

Além da missão principal que lhe foi atribuída por Felipe II - fortificar o Estreito de Magalhães e empossar o seu governador, Pedro Sarmiento de Gamboa -, Valdés aportou nas

principais baías do Brasil-colônia para reconhecer, abastecer e indicar simbolicamente o domínio espanhol sobre a colônia de origem portuguesa. Três naus da esquadra espanhola (Almirante, Concepción e Begônia), sob comando de Andrés Aquino, surpreenderam na Baía de Santos dois navios ingleses, sob comando de Edward Fenton, abastecendo para rumar ao Estreito de Magalhães e alcançar o Oceano Pacífico.

Houve um combate na tarde de 24 de janeiro de 1583 e, sob o troar dos canhões, o navio Santa Maria de Begônia sofreu avarias e parte do seu armamento e equipamento foram utilizados na minha construção, inicialmente em taipa militar, com desenho de Bautista Antonelli, arquiteto militar da esquadra de Valdés e membro da família construtora de sistemas defensivos na Europa, na África e na América, a serviço de Espanha.

Dentre os cerca de 100 marinheiros espanhóis que ficaram em Santos, estava o carpinteiro Bartolomeu Bueno, o Espanhol, pai de Jerônimo e Amador Bueno e avô do bandeirante de mesmo nome e conhecido como Anhanguera. Foi assim que surgiu na encosta litorânea deste esporão rochoso, com vista para todas as praias da Baía de Santos e amplo domínio sobre a embocadura do estuário onde hoje está o maior porto da América do Sul. Ganhei, no último quartil do século 19, duas "sentinelas avançadas": o Forte do Crasto, 1734,

(hoje Museu de Pesca) e o Fortim do Góes, 1767, (hoje em ruínas). Em 1902 fui substituída pela Fortaleza de Itaipu, voltada para o mar aberto, com vistas e fogos mais profundos. Mesmo assim, no final do século 20, ganhei uma moderna cobertura de aço-cos-a-cos, com projeto do arquiteto Lúcio Costa, um dos construtores de Brasília, e o enorme painel Vento Vermelho, de Manabu Mabe, cobrindo toda a parede do antigo altar da Capela de Santo Amaro. Guardo lembranças de muitos séculos, ostento o título de Patrimônio Histórico Nacional (1967) e orgulho-me de estar na Lista Indicativa 2015 enviada à Unesco para concorrer ao título de Patrimônio Mundial.

Mas (...), estou com receio de perder a imensa cobertura de aço-cos-a-cos que cobre as minhas ruínas, como se fosse um imenso guarda-chuva apoiado apenas nos quatro cantos, pois a ferrugem avança e nunca recebi a manutenção devida. Também não tenho acesso ao painel Vento Vermelho, pois o assoalho da antiga Capela de Santo Amaro está cedendo por ação dos cupins. Assustame também, a possível instabilidade de uma enorme pedra assentada sobre uma rocha firme abaixo de uma das minhas guaritas. Um simples "encunhamento" pode resolver esta ameaça desastrosa. Você pode me ajudar? Creio que seria assim, a súplica de um monumento histórico que sobrevive por mais de 450 anos.

EU SOU A FORTALEZA DE SANTO AMARO

Estou aqui desde 1583 desafiando o longo passar dos séculos, as intempéries e, por vezes, o terrível abandono.

Ao completar 400 anos (1583 -1983) eu estava abandonada, vilipendiada, assaltada por vândalos, quase perdida na poeira do tempo. Mas, das ruínas, ressurgi como a "Fênix", por ação conjunta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, da Sociedade Visconde de São Leopoldo, da Universidade Católica de Santos e da Prefeitura Municipal de Guarujá. Fui adotada, por mais de trinta anos (1983-2014), pela UniSantos e, agora, hospedo o "Museu Histórico Fortaleza da Barra", administrado pela Prefeitura Municipal de Guarujá, SP.

Minha “certificação de nascimento”, com 12 páginas manuscritas, está no Archivo General de Indias, Sevilha, Espanha, datado de 5/8/1583, charcas 41, Doc 27, página 6, do almirante Dom Diogo Flórez Vadés ao rei Felipe II de Espanha (Felipe I de Portugal). O almirante Valdés, “Capitão General das Costas do Brasil”, no início do longo período de união das coroas ibéricas (1580-1640), percorreu o litoral pouco recortado da América do Sul, com dezesseis naus da Invencível Armada espanhola, entre setembro de 1582 e maio de 1584. Além da missão principal que lhe foi atribuída por Felipe II - fortificar o Estreito de Magalhães e empossar o seu governador, Pedro Sarmiento de Gamboa -, Valdés aportou nas principais baías do Brasil-colônia para reconhecer, abastecer e indicar simbolicamente o domínio espanhol sobre a colônia de origem portuguesa. Três naus da esquadra espanhola (Almirante, Concepción e Begônia) sob comando de Andrés Aquino, surpreenderam na Baía de Santos, dois navios ingleses, sob comando de Edward Fenton, abastecendo para rumar o Estreito de Magalhães e alcançar o Oceano Pacífico.

Houve um combate na tarde de 24 de janeiro de 1583 e, sob o troar dos canhões, o navio Santa Maria de Begônia sofreu avarias e parte do seu armamento e equipamento foram utilizados na minha construção, inicialmente em taipa militar, com desenho de Bautista Antonelli, arquiteto militar da esquadra de Valdés e membro da família construtora de sistemas defensivos na Europa, na África e na América, à serviço de Espanha.

Dentre os cerca de 100 marinheiros espanhóis que ficaram em Santos, estava o carpinteiro Bartolomeu Bueno, o “espanhol”, pai de Jerônimo e Amador Bueno e avô do bandeirante de mesmo nome e conhecido como “Anhanguera.”

Foi assim que surgiu na encosta litorânea deste esporão rochoso, com vista para todas as praias da Baía de Santos e amplo domínio sobre a embocadura do estuário onde hoje está o maior porto da América do Sul. Ganhei, no último quartil do século XIX, duas “sentinelas avançadas”: o Forte do Crasto, 1734, (hoje Museu de Pesca) e o Fortim do Góes, 1767, (hoje em ruínas). Em 1902 fui substituída pela Fortaleza de Itaipu, voltada para o mar aberto, com vistas e fogos mais profundos. Mesmo assim, no final do Século XX, ganhei uma moderna cobertura de aço cos-a-cor, com projeto do arquiteto Lúcio Costa, um dos construtores de Brasília, e o enorme painel “Vento Vermelho”, de Manabu Mabe, cobrindo toda a parede do antigo altar da Capela de Santo Amaro. Guardo lembranças de muitos séculos, ostento o título de Patrimônio Histórico Nacional (1967) e orgulho-me de estar na Lista Indicativa 2015 enviada à UNESCO para concorrer ao título de Patrimônio Mundial

Mas (...), estou com receio de perder a imensa cobertura de aço cos-a-cor que cobre as minhas ruínas, como se fosse um imenso guarda-chuva apoiado apenas nos quatro cantos, pois a ferrugem avança e nunca recebi a manutenção devida. Também não tenho acesso ao painel Vento Vermelho, pois o assoalho da antiga Capela de Santo Amaro está cedendo por ação dos cupins. Assusta-me também, a possível instabilidade de uma enorme pedra assentada sobre uma rocha firme abaixo de uma das minhas guaritas. Um simples “encunhamento” pode resolver esta ameaça desastrosa. Você pode me ajudar?

Sem deixar vestígios

Nossa Senhora do Monte Serrat tornou-se padroeira de Santos em 1955, mas tem o seu nome associado a um fortim construído por Brás Cubas, provavelmente na mesma época da inauguração do primeiro prédio da Santa Casa da Misericórdia de Santos (1543). O fortim não deixou qualquer vestígio, mas merece algumas 'pinceladas', sobre a sua emblemática história.

Martim Afonso de Sousa, após dois anos reconhecendo o litoral da América do Sul – da foz do Rio Amazonas ao Rio da Prata –, deu início à colonização oficial do Brasil, em 1532, ocupando a Baía de São Vicente. A Baía tem ainda dois fatores preponderantes para dar o início à projeção oficial do poder colonial de Portugal na sua extensa colônia sul americana: a fonte de água doce da 'biquinha' do Morro dos Barbosas e a proteção natural da 'Garganta do Diabo' situada entre a Ilha Porchat e a área continental.

A dificuldade de acesso para navios oceânicos, pelos perigos de danos nas enormes quilhas de compensação das velas, protegia a vila de São Vicente contra o troar dos canhões dos piratas, dos corsários e de outras nações colonizadoras, mas deixavam expostos os navios que fundeavam na embocadura do Estuário de

Santos. As pessoas, com os seus pertences, seguiam em pequenos escaletes ou caminhavam pela areia até alcançar a Vila de São Vicente.

A Guerra de Iguape (1534 a 1536), com invasão e saque na Vila de São Vicente por corsários espanhóis vindos do Sul, motivou o fidalgo português Brás Cubas a transferir o fundeio de embarcações para a região do lagamar de Enguaguaçu, próximo à foz do Rio Itororó e longe do mar aberto. Em 1543, fundou também a primeira Santa Casa da Misericórdia do Brasil, antes mesmo da elevação da nova povoação à categoria de Vila de Santos, com foro datado de 1º de novembro de 1546. De imediato, também, mandou erguer o Forte de Nossa Senhora do Monte Serrat, santa católica que viria a ser a padroeira da cidade de Santos.

O escritor Costa e Silva Sobrinho, em A Tribuna de 12 de janeiro de 1964, assim se refere ao Forte de Nossa Senhora do Monte Serrat: "Uma das primeiras belezas da história de Santos, há muito desaparecida, foi edificada sob a invocação de Nossa Senhora do Monte, a grande protetora até hoje da nossa terra e da nossa gente (...). Esse pequeno reduto voltado para o Porto de Santos foi demolido em 1876 para dar lugar ao prédio da Alfândega".

Segundo Victor Hugo Mori, arquiteto do Iphan, suas pedras também foram usadas para a construção dos primeiros metros do cais do Porto de Santos.

O pequeno fortim de Nossa Senhora do Monte Serrat foi a única fortificação construída na Ilha de São Vicente, no Século 16, mas não deixou qualquer vestígio arquitetônico. A santa católica tornou-se, porém, a padroeira da cidade de Santos, mais de quatro séculos depois (1543 – 1955). A falta de um referencial indicativo de que Santos teve o primeiro fortim do Brasil destruído para a criação do Porto Organizado me parece uma falha histórica lamentável. O antigo forte, talvez primeiro do Brasil, infelizmente não deixou uma pedra sequer que pudesse ser exposta ao público, hoje em dia e para as gerações futuras.

As extintas muralhas de pedras, guarnecidas com canhões coloniais manobrados por homens defensores da Vila de Santos simplesmente 'sumiram', sem deixar vestígios (parafraseando o amigo Adler Homero Fonseca de Castro, historiador do Iphan).

Talvez os nossos arqueólogos, algum dia, saiam em busca de alguma 'reliquia' que comprove este breve relato histórico.

SEM DEIXAR VESTÍGIOS

Nossa Senhora do Monte Serrat, tornou-se padroeira da cidade de Santos em 1955, mas tem o seu nome associado a um fortim construído por Brás Cubas, provavelmente na mesma época da inauguração do primeiro prédio da Santa Casa da Misericórdia de Santos (1543). O fortim não deixou qualquer vestígio, mas merece algumas "pinceladas", sobre a sua emblemática história. Martim Afonso de Souza, após dois anos reconhecendo o litoral da América do Sul – da foz do Rio Amazonas ao Rio da Prata –, deu início à colonização oficial do Brasil (22/01/1532), ocupando a Baía de São Vicente.

A baía tem ainda dois fatores preponderantes para dar o início à projeção oficial do poder colonial de Portugal na sua extensa colônia sul americana: a fonte de água doce da “biquinha” do Morro dos Barbosas e a proteção natural da “Garganta do Diabo” situada entre a Ilha Porchat e a área continental. A dificuldade de acesso para navios oceânicos, pelos perigos de danos nas enormes quilhas de compensação das velas, protegia a vila de São Vicente contra o troar dos canhões dos piratas, dos corsários e de outras nações colonizadoras, mas deixavam expostos os navios que fundeavam na embocadura do Estuário de Santos. As pessoas, com os seus pertences, seguiam em pequenos escaleres ou caminhavam pela areia até alcançar a Vila de São Vicente. A “Guerra de Iguape” (1534 a 1536), com invasão e saque na vila de São Vicente, por corsários espanhóis vindo do Sul, motivou o fidalgo português, Brás Cubas a transferir o fundeio de embarcações para a região do Lagamar de Enguaguaçu, próximo à foz do Rio Itororó e longe do mar aberto. Em 1543, fundou também a primeira Santa Casa da Misericórdia do Brasil, antes mesmo da elevação da Nova Povoação à categoria de vila de Santos, com foro datado de 1º de novembro de 1546. De imediato também, mandou erguer o Forte de Nossa Senhora do Monte Serrat, santa católica que viria a ser a padroeira da Cidade de Santos.

O escritor Costa e Silva Sobrinho, no Jornal A TRIBUNA, de 12 de janeiro de 1964, assim se refere ao Forte de Nossa Senhora do Monte Serrat:

“Uma das primeiras belezas da história de Santos, há muito desaparecida, foi edificada sob a invocação de Nossa Senhora do Monte, a grande protetora até hoje da nossa terra e da nossa gente (...). Esse pequeno reduto voltado para o Porto de Santos foi demolido em 1876 para dar lugar ao prédio da Alfândega”. Segundo Victor Hugo Mori, arquiteto do IPHAN, suas pedras também foram usadas para a construção dos primeiros metros do cais do Porto de Santos, que viria a se transformar no primeiro “porto organizado” do Brasil, sob concessão da então Companhia Docas de Santos (CDS).

O pequeno fortim de Nossa Senhora do Monte Serrat, foi a única fortificação construída na Ilha de São Vicente, no Século XVI, mas não deixou qualquer vestígio arquitetônico. A santa católica tornou-se, porém, a padroeira da cidade de Santos, mais de quatro séculos depois (1543 – 1955).

A falta de um referencial indicativo de que Santos teve o primeiro fortim do Brasil destruído para a criação do Porto Organizado, me parece uma falha histórica lamentável. O antigo forte, talvez primeiro do Brasil, infelizmente não deixou uma pedra sequer que pudesse ser exposta ao público, hoje em dia e para as gerações futuras. As extintas muralhas de pedras, guarnecidas com canhões coloniais manobrados por homens defensores da Vila de Santos simplesmente “sumiram”, sem deixar vestígios (parafraseando o amigo Adler Homero Fonseca de Castro, historiador do IPHAN).

Talvez os nossos arqueólogos, algum dia, saiam em busca de alguma “reliquia” que comprove este breve relato histórico.

ELCIO ROGERIO SECOMANDI. Membro da Academia Santista de Letras

Prego sem cabeça

“Tanta tormenta, tanto dano / tanta guerra, tanto engano”, são estrofes do poema *Os Lusíadas* (1572), que nos servem de inspiração para descrever um fato histórico bastante emblemático cujo resultado esperado e lógico poderia mudar o rumo da História, a partir da Batalha de Waterloo (1815).

Tormentas e danos naturais estão se avolumando por ações humanas que provocam um desequilíbrio ambiental enorme, mundo afora. Mas ainda perdem para a estupidez das guerras, com seus enganos desastrosos. Heric Hartmann (1922 – 1993), piloto de caça alemão na 2ª Guerra Mundial assim resumiu o cenário de uma guerra qualquer: “A guerra é um lugar onde jovens que não se conhecem e não se odeiam se matam entre si, por decisões de velhos que se conhecem, se odeiam, mas não se matam”.

Nas guerras são cometidos muitos enganos e um deles nos chama a atenção por estar descrito em um capítulo inteiro (capítulo V) do livro *Fora de Controle*, de Erik Durschmied (1930-), Editora Ediouro, 2003.

O livro contém análises pontuais sobre dezessete casos desastrosos

mundo afora, desde a Guerra de Troia (1184 a.C.) até a Guerra do Golfo (1991).

Um engano simples, porém, decisivo, foi cometido pelo lendário comandante da cavalaria de Napoleão, Maréchal de France, Michel Ney, na Batalha de Waterloo (18 de junho de 1815). No dia anterior, Ney subiu a encosta da colina do Monte St. Jean onde estava a tropa de Wellington para realizar o que se chama de reconhecimento da posição e do valor da tropa inimiga a ser enfrentada. Surpreendeu-se com os canhões ingleses colocados adiante da tropa e apontados para o campo plano onde iria ocorrer a batalha no dia seguinte.

Ney ultrapassou a posição dos canhões por mais de hora e meia e não teve o discernimento de ordenar a colocação de pregos sem cabeça nos olhais dos canhões ingleses, inutilizando-os. Segundo o autor do livro *Fora de Controle*, Ney “era capaz de proezas incríveis e audaciosas, mas, por outro lado, impetuoso e imprudente”. E ironiza, encerrando o capítulo V do livro com a seguinte colocação: “O fator decisivo em Waterloo foi bastante irônico. Bastaria alguns pregos sem cabeça

(e alguns soldados os tinham, assim como os martelos necessários) – e tudo teria sido diferente”.

Napoleão tinha tudo para vencer com facilidade a Batalha de Waterloo, mas as condições meteorológicas dificultaram a manobrabilidade dos canhões franceses, enquanto a artilharia inglesa estava pronta desde a véspera da batalha. A garantia de uma vitória esmagadora estava nas mãos do *Maréchal de France*, que a desperdiçou, por conta de um detalhe quase insignificante.

Na guerra não basta a superioridade de meios e homens. A astúcia, o ‘pagar para ver’ pode estar no movimento da primeira pedra, tal qual acontece, muitas vezes, em um jogo de xadrez.

Em ambiente em que impera a estupidez dos homens, “o acaso e a incerteza são dois dos elementos mais comuns e mais importantes na guerra” e isto nos preocupa, pois sabemos como elas começam, mas nunca como realmente acabam. Muitas vezes, no entanto, um erro de abertura pode mudar a sorte de muitos empreendimentos, em especial o resultado de uma batalha campal. Como seria o mundo hoje, se Napoleão tivesse vencido em Waterloo?

PREGO SEM CABEÇA

“Tanta tormenta, tanto dano / tanta guerra, tanto engano”, são estrofes do poema *Os Lusíadas* (1572), que nos servem de inspiração para descrever um fato histórico bastante emblemático cujo resultado esperado e lógico poderia mudar o rumo da História, a partir da Batalha de Waterloo (1815).

Tormentas e danos naturais estão se avolumando por ações humanas que provocam um desequilíbrio ambiental enorme, mundo afora. Mas ainda perdem para a estupidez das guerras, com seus enganos desastrosos. Heric Hartmann (1922 – 1993), piloto de caça alemão na 2ª Guerra Mundial assim resumiu o cenário de uma guerra qualquer: “A guerra é um lugar onde jovens que não se conhecem e não se odeiam se matam entre si, por decisões de velhos que se conhecem, se odeiam, mas não se matam”.

Nas guerras são cometidos muitos enganos e um deles nos chama a atenção por estar descrito em um capítulo inteiro (capítulo V) do livro *Fora de Controle*, de Erik Durschmied (1930 -), Editora Ediouro, 2003. O livro contém análises pontuais sobre dezessete casos desastrosos mundo afora, desde a Guerra de Troia (1184 a.C.) até a Guerra do Golfo (1991).

Um engano simples, porém, decisivo, foi cometido pelo lendário comandante da cavalaria de Napoleão, *Maréchal de France*, Michel Ney, na Batalha de Waterloo (18 de junho de 1815). No dia anterior, Ney subiu a encosta da colina do Monte Sr. Jean onde estava a tropa de Wellington para realizar o que se chama de reconhecimento da posição e do valor da tropa inimiga a ser enfrentada.

Surpreendeu-se com os canhões ingleses colocados adiante da tropa e apontados para o campo plano onde iria ocorrer a batalha no dia seguinte. Ney ultrapassou a posição dos canhões por mais de hora e meia e não teve o discernimento de ordenar a colocação de pregos sem cabeça nos olhais dos canhões ingleses, inutilizando-os. Segundo o autor do livro *Fora de Controle*, Ney “era capaz de proezas incríveis e audaciosas, mas, por outro lado, impetuoso e imprudente”. E ironiza encerrando o capítulo V do livro com a seguinte colocação: “O fator decisivo em Waterloo foi bastante irônico. Bastaria alguns pregos sem cabeça (e alguns soldados os tinham, assim como os martelos necessários) – e tudo teria sido diferente”.

Napoleão, tinha tudo para vencer com facilidade a Batalha de Waterloo, mas as condições meteorológicas, dificultaram a maneabilidade dos canhões franceses enquanto a artilharia inglesa estava pronta desde a véspera da batalha. A garantia de uma vitória esmagadora estava nas mãos do *Maréchal de France* que a desperdiçou, por conta de um detalhe quase insignificante.

Na guerra não basta a superioridade de meios e homens. A astúcia, o “pagar para ver” pode estar no movimento da primeira pedra, tal qual acontece, muitas vezes, em um jogo de xadrez.

Em ambiente onde impera a estupidez dos homens, “o acaso e a incerteza são dois dos elementos mais comuns e mais importantes na guerra” e isto nos preocupa, pois sabemos como elas começam, mas nunca como realmente acabam. Muitas vezes, no entanto, um erro de abertura pode mudar a sorte de muitos empreendimentos, em especial o resultado de uma batalha campal. Como seria o mundo hoje, se Napoleão tivesse vencido em Waterloo?

Uma tribo feliz

Por muitos anos, proferi palestras sobre estratégia nos cursos da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. Estratégia, como sabemos, é uma arte focada na aplicação do poder para alcançar um objetivo estabelecido por uma orientação política. Para tornar o assunto um pouco mais atraente, valia-me sempre de uma frase emblemática do almirante João Carlos Gonçalves Caminha, no livro *Delineamento de uma Estratégia*: “Ser inerente à vida tanto a busca do melhor viver quanto a recusa em partilhar o essencial ao bem viver”.

Procurava, assim, adaptar uma breve “história” sobre o cotidiano de uma suposta tribo indígena que vivia isolada, sem qualquer contato com outras tribos vizinhas. A felicidade da tribo era assegurada por fatos cotidianos de uma existência isolada, sem quaisquer referenciais de condutas externas, que pudessem provocar o que os economistas chamam de “efeito demonstração”.

Certo dia, surgiu uma tribo de esfarrapados do outro lado do rio

que banhava a aldeia da tribo feliz. Sem qualquer habilidade sobre a “arte da guerra”, o cacique reuniu suas lideranças para discutir o que deveria ser feito. Resolveram então, contratar um especialista em assuntos militares para estabelecer planos progressivos de busca de uma solução. O especialista em ações de combate indicou as ações necessárias para quebrar uma possível resistência da tribo de esfarrapados, iniciando pela parte parlamentar (direito de posse da terra), seguida de outras ações pontuais e progressivas: vigilância, embargo, fechamento de entradas e de acesso ao rio divisor etc. Por fim, “ação em força”, se necessário, iniciando com a preparação de um “pelotão de combate”.

A preparação militar incluía o recrutamento dos jovens da tribo, a produção de arcos e flechas, o treinamento diário, a prioridade de alimentação para os guerreiros etc. Em seguida, disse o especialista, é preciso realizar uma “demonstração de força”, por meio de três componentes de um sistema defensivo apoiado em

uma “política de defesa”: levantamento, preparação e capacitação do estamento militar.

Um plano faseado de ações a realizar deveria iniciar com prudência (negociação, mediação, arbitragem) e prosseguir com ações ofensivas pontuais. Foi assim, ou quase assim, que a tribo feliz que vivia em um vale encantado se preparou para enfrentar um possível embate fratricida em defesa dos seus interesses maiores. Foi assim também que surgiram naquelas terras virgens os fundamentos de uma estratégia dissuasória, visando evitar a aplicação do poder militar. São poucas as pessoas, mesmo na atualidade em que vivemos, que se importam com estes assuntos tão bem descritos nos documentos atualizados e aprovados periodicamente pelo Congresso Nacional e disponíveis na Internet: PND (Política Nacional de Defesa), END (Estratégia Nacional de Defesa) e LBD (Livro Branco de Defesa). Consulte-os se o assunto for do seu interesse. Defesa é um assunto pertinente a todos nós, brasileiros

UMA TRIBO FELIZ

Por muitos anos, proferi palestras sobre Estratégia nos cursos da ADESG – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. Estratégia, como sabemos, é uma arte focada na aplicação do poder para alcançar um objetivo estabelecido por uma orientação política.

Para tornar o assunto um pouco mais atraente, valia-me sempre de uma frase emblemática do Almirante João Carlos Gonçalves Caminha, no livro *Delineamento de uma Estratégia*: “Ser inerente à vida tanto a busca do melhor viver quanto a recusa em partilhar o essencial ao bem viver”. Procurava, assim, adaptar uma breve “história” sobre o cotidiano de uma suposta tribo indígena que vivia isolada, sem qualquer contato com outras tribos vizinhas. A felicidade da tribo era assegurada por fatos cotidianos de uma existência isolada, sem quaisquer referenciais de condutas externas, que pudessem provocar o que os economistas chamam de “efeito demonstração”.

Certo dia surgiu uma tribo de esfarrapados do outro lado do rio que banhava a aldeia da tribo feliz. Sem qualquer habilidade sobre a “arte da guerra”, o cacique reuniu suas lideranças para discutir o que deveria ser feito. Resolveram então, contratar um especialista em assuntos militares, para estabelecer planos progressivos de busca de uma solução. O especialista em ações de combate, indicou as ações necessárias para quebrar uma possível resistência da tribo de esfarrapados, iniciando pela parte parlamentar (direito de posse da terra), seguida de outras ações pontuais e progressivas: vigilância, embargo, fechamento de entradas e de acesso ao rio divisor, etc. Por fim, “ação em força”, se necessário, iniciando com a preparação de um “pelotão de combate”. A preparação militar incluía o recrutamento dos jovens da tribo, a produção de arcos e flechas, o treinamento diário, a prioridade de alimentação para os guerreiros, etc.

Em seguida, disse o especialista, é preciso realizar uma “demonstração de força”, por meio de três componentes de um sistema defensivo apoiado em uma “política de defesa”; 1- levantamento de ações destinadas à defesa dos interesses maiores da tribo feliz; 2 - estabelecimento de objetivos para o preparo e o emprego de todas as expressões do poder militar na tribo feliz; e, 3 - preparação e capacitação do estamento militar. A linguagem do especialista evidentemente não foi muito bem entendida pelos índios, mas, claro era importante criar uma mentalidade de defesa do território que lhe pertencia. Era preciso manter a integridade territorial, como pressuposto básico de expressão dos desejos, aspirações e interesses da tribo feliz e, para tanto, era preciso recompor o território expulsando os invasores.

Um plano faseado de ações a realizar, deveria iniciar com prudência (negociação, mediação, arbitragem) e prosseguir com ações ofensivas pontuais, para conhecer melhor as possibilidades de reação dos invasores, e, por fim, a realização de um ataque coordenado, se necessário.

Foi assim, ou quase assim, que a tribo feliz que vivia em um vale encantado se preparou para enfrentar uma possível embate fratricida em defesa dos seus interesses maiores. Foi assim também que surgiu naquelas terras virgens os fundamentos de uma estratégia dissuasória, visando evitar a aplicação do poder militar. São poucas as pessoas, mesmo na atualidade em que vivemos, que se importam com estes assuntos tão bem descritos nos documentos atualizados e aprovados periodicamente pelo Congresso Nacional e disponíveis na Internet: PND (Política Nacional de Defesa), END (Estratégia Nacional de Defesa) e LBD (Livro Branco de Defesa). Consulte-os, se o assunto for do seu interesse. DEFESA é um assunto pertinente a todos nós, brasileiros.

Seis passos para a eternidade

Por iniciativa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), um conjunto de bem seriado foi incluído na Lista Indicativa/2015 enviada à Unesco para ascender ao honroso título de Patrimônio Mundial. O conjunto arquitetônico militar colonial é composto por 19 fortificações coloniais que permeiam o vasto perímetro do Brasil.

Tivemos a grata satisfação de prestar um serviço nacional relevante, sem remuneração, representando a Fundação Cultural Exército Brasileiro no Comitê Nacional criado pelo Iphan para auxiliar na elaboração do Sumário Executivo, com 646 páginas, enviado à Unesco. No início de 2022, o Conselho Mundial da Unesco emitiu um documento indicativo de exigências a cumprir, denominado "Nomination completeness check state party Brazil". Um bom sinal sem dúvida, embora com exigências não realizadas até os dias atuais.

As fortificações coloniais indicadas possuem qualidades ímpares mundo afora e enorme valor univer-

sal de excepcionalidade (VUE), resultante de uma análise metodológica de seis componentes indispensáveis a serem examinados in loco: acessibilidade, autenticidade, sustentabilidade, finalidade, visibilidade e pertencimento.

Os quatro primeiros atributos são qualificativos, ou seja, podem ser apresentados de forma incompleta, com perspectivas de ações a realizar. A visibilidade abrange a paisagem ambiental do entorno do bem patrimonial e o pertencimento refere-se ao valor simbólico que o conjunto de bem seriado tem para a população que vive no país que o indicou (Brasil, no caso).

As fortificações indicadas no Estado de São Paulo - Forte de São João, em Bertioga, e Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, em Guarujá - cumprem perfeitamente as exigências acima, com uma ressalva de acessibilidade na Fortaleza de Santo Amaro, mas já com projeto arquitetônico elaborado pela coordenação regional do Iphan-SP.

Cumprе salientar ainda que o processo indicativo para o Patrimônio Mundial se assemelha simbolicamente à trajetória imaginária de um arco-íris em busca de um "pote de ouro". O assunto passou a fazer parte de um hobby curtido deste 1993 quando publicamos na Revista Leopoldiana, Vol. 19, uma síntese sobre as treze crônicas da saudosa jornalista Lydia Federici, publicadas no Jornal A Tribuna entre outubro de 1991 e julho de 1993, na sua coluna Gente e Coisas da Cidade.

Lydia, entusiasta do processo indicativo, infelizmente não nos acompanhou na data da inauguração das obras de restauração (21 de abril de 1997), mas nos deixou, na sua última crônica (30 de julho de 1993), uma mensagem que replicamos aqui na esperança de ver aquilo que a vida não lhe deu a oportunidade de ver: "Pois é isso. Então, ao menos em imaginação, ajude, amigo, com maior ou menos força que você tem, a segurar as paredes da antiga Fortaleza da Barra, Tá?"

Por iniciativa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), um “conjunto de bem seriado”, foi incluído na Lista Indicativa/2015 enviada à UNESCO para ascender ao honroso título de Patrimônio Mundial. O conjunto arquitetônico militar colonial é composto por dezenove fortificações coloniais que permeiam o vasto perímetro do Brasil.

Tivemos a grata satisfação de prestar um “serviço nacional relevante, sem remuneração”, representando a Fundação Cultural Exército Brasileiro no Comitê Nacional criado pelo IPHAN (DOU, de 10/09/2018, pg 21) para auxiliar na elaboração do Sumário Executivo, com 646 páginas, enviado à UNESCO no dia 01/02/2021. No início de 2022, o Conselho Mundial da UNESCO emitiu um documento indicativo de exigências a cumprir, denominado “Nomination completeness check state party Brazil”. Um bom sinal sem dúvida, embora com exigências não realizadas até os dias atuais.

As fortificações coloniais indicadas, como “conjunto de bem seriado”, possuem qualidades impares mundo afora e enorme “valor universal de excepcionalidade” (VUE), resultante de uma análise metodológica de seis componentes indispensáveis a serem examinados “in loco”: acessibilidade, autenticidade, sustentabilidade, finalidade, visibilidade e pertencimento. Os quatro primeiros atributos são qualificativos, ou seja, podem ser apresentados de forma incompleta, com perspectivas de ações a realizar. A “visibilidade” abrange a paisagem ambiental do entorno do bem patrimonial e o “pertencimento” refere-se ao valor simbólico que o “conjunto de bem seriado” tem para a população que vive no país que o indicou (Brasil, no caso).

As fortificações indicadas no Estado de São Paulo – Forte de São João, Bertioga e Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, Guarujá – cumprem perfeitamente as exigências acima, com uma ressalva de acessibilidade na Fortaleza de Santo Amaro, mas já com projeto arquitetônico elaborado pela coordenadoria regional do IPHAN/SP.

Cumpra salientar ainda que o processo indicativo para o Patrimônio Mundial se assemelha simbolicamente à trajetória imaginária de um arco-íris em busca de um “pote de ouro” (fábula irlandesa de autor desconhecido). Este olhar simbólico sinaliza o percurso de uma longa jornada, propositalmente “longa” para viabilizar a conscientização, a consolidação e a preparação dos bens culturais a serem avaliados pelo Conselho Mundial da UNESCO. Aliás, alcançar o “pote de ouro” não é tão significativo quanto as ações positivas já em andamento há algum tempo.

O assunto passou a fazer parte de um hobby curtido deste 1993 quando destacamos na Revista Leopoldianun, Vol. XIX, uma síntese sobre as treze crônicas da saudosa jornalista Lydia Federici, publicadas no jornal A TRIBUNA, entre outubro de 1991 e julho de 1993, na sua coluna “Gente e coisas da Cidade”. Lydia, entusiasta do processo indicativo, infelizmente não pode nos acompanhar na data da inauguração das obras de restauração (21 de abril de 1997), mas nos deixou, na sua última crônica (30 de julho de 1993), uma mensagem que replicamos aqui na esperança de ver aquilo que a vida não lhe deu a oportunidade de ver: “Pois é isso. Então, ao menos em imaginação, ajude, amigo, com maior ou menor força que você tem, a segurar as paredes da antiga Fortaleza da Barra, Tá?”

Guaicurus

Os índigenas guerreiros, que habitavam o Pantanal – maior planície alagada do mundo –, tiveram participação ativa na campanha militar que se tornou conhecida mundo afora, por minuciosa descrição no livro *Retirada da Laguna*, do alferes Alfredo d'Escragno Taunay (1843-1899), futuro Visconde de Taunay, membro da Academia Brasileira de Letras. O livro, originalmente escrito em francês, foi vertido para o português em 2011 e encontra-se disponível na Biblioteca do Senado Federal, Brasília, volume 149.

Os Guaicurus eram os “senhores” daquelas amplas áreas alagadiças e, em épocas remotas, lá existia apenas a Colônia Militar de Nioaque, instalada em 1855. Dez anos depois, Nioaque foi invadida pelos paraguaios, supostamente em manobra dissuasória e desgastante, para obrigar o Brasil a abrir uma segunda frente de batalhas na Guerra da Tríplice Aliança. Uma outra coluna paraguaia subiu o Rio Paraguai alcançando o Forte Coimbra, também rechaçada por soldados brasileiros e índigenas guaicurus.

Taunay, descreve com detalhes a formação de um corpo de exército – conhecido como “Voluntários da Pátria” – composto por brasileiros provenientes de quase todas as regiões geográficas do Brasil e por guaicurus. Com uma descrição tipo diário de

campanha, Taunay destaca a concentração da tropa brasileira na pequena vila de Miranda, MS, junto ao Rio Aquidauana, onde se formou um “corpo de exército” propriamente dito.

No dia 11 de janeiro de 1867, uma brigada com cerca de 1.600 homens partiu de Miranda rumo ao Sul, chegando a Nioaque treze dias depois (24/01/1867), encontrando-a abandonada e incendiada pelos paraguaios. No 25 de fevereiro de 1867 os voluntários prosseguiram em marcha para o Sul, enfrentando sempre as emboscadas dos paraguaios, especialmente nas travessias dos inúmeros rios e “corixos” (depressões alagadas, assim definidas por Taunay).

Segundo Taunay, os guaicurus foram recrutados para atuar principalmente como guias das tropas em região ampla e desconhecida e foram homenageados pelo Exército Brasileiro com o nome histórico da 4ª Brigada de Cavalaria (Brigada Guaicurus), com sede em Dourados, MS, tendo o 9º Grupo de Artilharia de Campanha (9º GAC), com sede em Nioaque, como uma das suas peças de manobra.

Tive a honra de comandar o 9º GAC por dois anos sucessivos (1986/1987), quando já se haviam passados cento e vinte anos da malfadada epopeia tão bem descrita por Taunay e pude constatar que ainda prevalecia – e prevalece até hoje – a

solidariedade dos fazendeiros, dos peões e dos remanescentes guaicurus, em especial dos seus sucessores, terenas, que ocupam uma reserva com aproximadamente 30 Km², em Nioaque, a pouco mais de 7 Km do 9º GAC. A aldeia tecnicamente chamada de TI (Terra Indígena) tem apoio das autoridades dos três escalões de governo (local, estadual e federal) e está dividida em três subáreas destinadas a habitações, ao plantio e à floresta virgem onde predomina a aroeira. A aroeira é o “concreto” do Pantanal, pois se solidifica em contato com a água.

O 9º GAC recebe anualmente, até os dias atuais, cerca de 400 jovens, muitos de origem indígena, para os quais são ministradas instruções militares de dia e parte da noite, com dois propósitos: ocupa-los o máximo possível e compensá-los com três dias de folga, uma vez por mês, para visitarem suas famílias.

A área de recrutamento e de responsabilidade do 9º GAC se estende por quase todo o lado Oeste da Serra de Maracaju, englobando o Pantanal do Mato Grosso do Sul até alcançar a fronteira do Brasil com o Paraguai. E, desta enorme área pouco habitada os jovens são convocados para prestar o Serviço Militar. A eles prestamos uma pequena homenagem, especialmente aos Guaicurus.

GUAICURUS

Os índios guerreiros, que habitavam o Pantanal – maior planície alagada do mundo –, tiveram participação ativa na campanha militar que se tornou conhecida mundo afora, por minuciosa descrição no livro *A Retirada da Laguna*, do alferes [Alfredo d'Escragnolle Taunay](#) (1843-1899), futuro Visconde de Taunay, membro da Academia Brasileira de Letras. O livro, originalmente escrito em francês, foi vertido para o português em 2011 e encontra-se disponível na Biblioteca do Senado Federal, Brasília, volume 149.

Os Guaicurus eram os “senhores” daquelas amplas áreas alagadiças e, em épocas remotas, lá existia apenas a Colônia Militar de Nioaque, instalada em 1855. Dez anos depois, Nioaque foi invadida pelos paraguaios, supostamente em manobra dissuasória e desgastante, para obrigar o Brasil a abrir uma segunda frente de batalhas na Guerra da Tríplice Aliança. Uma outra coluna paraguaia subiu o Rio Paraguai alcançando o Forte Coimbra, também rechaçada por soldados brasileiros e índios guaicurus.

Taunay, descreve com detalhes a formação de um corpo de exército – conhecido como “Voluntários da Pátria” – composto por brasileiros provenientes de quase todas as regiões geográficas do Brasil e por índios guaicurus. Com uma descrição tipo diário de campanha, Taunay destaca a concentração da tropa brasileira na pequena vila de Miranda, MS, junto ao Rio Aquidauana, onde se formou um “corpo de exército” propriamente dito. No dia 11 de janeiro de 1867, uma brigada com cerca de 1600 homens partiu de Miranda rumo ao Sul, chegando a Nioaque treze dias depois (24/01/1867), encontrando-a abandonada e incendiada pelos paraguaios. No 25 de fevereiro de 1867 os voluntários prosseguiram em marcha para o Sul, enfrentando sempre as emboscadas dos paraguaios, especialmente nas travessias dos inúmeros rios e “corixos” (depressões alagadas, assim definidas por Taunay).

Segundo Taunay, os guaicurus, foram recrutados para atuar principalmente como guias das tropas em região ampla e desconhecida e foram homenageados pelo Exército Brasileiro com o nome histórico da 4ª Brigada de Cavalaria (Brigada Guaicurus), com sede em Dourados, MS, tendo o 9º Grupo de Artilharia de Campanha (9º GAC), com sede em Nioaque, como uma das suas peças de manobra.

Tive a honra de comandar o 9º GAC por dois anos sucessivos (1986/1987), quando já se haviam passados cento e vinte anos da malfadada epopeia tão bem descrita por Taunay e pude constatar que ainda prevalecia – e prevalece até hoje – a solidariedade dos fazendeiros, dos peões e dos remanescentes índios guaicurus, em especial dos seus sucessores, terenas, que ocupam uma reserva com aproximadamente 30 Km², em Nioaque, a pouco mais de 7 Km do 9ºGAC. A aldeia tecnicamente chamada de TI (Terra Indígena) tem apoio das autoridades dos três escalões de governo (local, estadual e federal) e está dividida em três subáreas destinadas a habitações, ao plantio e à floresta virgem onde predomina a aroeira. A aroeira é o “concreto” do Pantanal, pois se solidifica em contato com a água.

O 9º GAC recebe anualmente, até os dias atuais, cerca de 400 jovens, muitos de origem indígena, para os quais são ministradas instruções militares de dia e parte da noite, com dois propósitos: ocupa-los o máximo possível e compensá-los com três dias de folga, uma vez por mês, para visitarem suas famílias. A área de recrutamento e de responsabilidade do 9º GAC se estende por quase todo o lado Oeste da Serra de Maracaju, englobando o Pantanal do Mato Grosso do Sul até alcançar a fronteira do Brasil com o Paraguai. E, desta enorme área pouco habitada os jovens são convocados para prestar o Serviço Militar. A eles prestamos uma pequena homenagem, especialmente aos Guaicurus.

Guaicurus II

A ocupação militar do Pantanal - maior planície alagada do mundo - teve início com a implantação das colônias militares de Nioaque (1855) e Dourados (1856), ambas no Mato Grosso do Sul. Aquelas pequenas vilas de meados do século 19 atualmente sediam unidades operacionais da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (BdaCMec), com o nome histórico de Brigada Guaicurus, reconhecendo assim a participação dos "índios guerreiros" na malfadada Guerra da Tríplice Aliança.

Por mais de um século, as unidades operacionais da 4ª BdaCMec foram montadas ou tracionadas por cavalos e, por isto mesmo, ousamos contar um "causo" bastante conhecido e

aplicado, desde "priscas eras", como trote de aceitação dos novos recrutas.

A apresentação do cavalo aos novos cavalarianos se inicia com um "berro" do tenente comandante do Esquadrão de Cavalaria, ordenando ao soldado cavalaria que arraste um cavalo bravo, preso por uma longa corda-tronco enrolada na mão: "Muito bem, nossa primeira aula prática é sobre o cavalo, nosso principal meio de transporte". Apontando para o cavalo, diz: "Isto aqui é um cavalo! Alguém tem alguma dúvida de que este belo animal é um cavalo?"

Como ninguém tinha a menor dúvida, o tenente passa um dedo na baba do cavalo e o coloca na boca, para espanto dos recrutas. Em seguida, le-

vanta duas galinhas presas pelos pés... e pergunta se alguém seria voluntário para levá-las até uma aroeira na barranca do rio, numa ravina bem abaixo. Um voluntário sobe no cavalo e o soldado cavalaria prende as galinhas em um ilhós da sela, desenrolando a corda-tronco.

O cavalo começa a dar pênates para se livrar das galinhas; as galinhas, assustadas, batiam as asas, aumentando a irritação do cavalo. O voluntário é lançado ao chão, o tenente e todos os demais soldados abandonam rapidamente a sombra da enorme mangocira e aguardam o soldado cavalaria retirar as galinhas e amansar o cavalo bravo.

O tenente recompõe a "sala de ins-

trução ao ar livre" e reprova todos os recrutas nos três principais fundamentos educacionais para um bom cavalariano: "Vocês demonstraram nojo e vão limpar diariamente a baba dos seus cavalos; vocês não prestaram a atenção devida e isto pode custar-lhes a vida, pois o cavalo estanca diante de uma cobra e lança vocês ao chão". Eu coloquei um dedo na baba do cavalo e chupei outro; por fim, na Cavalaria não existe a palavra 'voluntário', eu mando e vocês obedecem ...

Tive a honra de comandar a artilharia da 4ª BdaCMec na fronteira oeste do Brasil. Este breve "causo" complementa a publicação do dia 5 de novembro passado, no Jornal A Tribuna, sobre os índios guaicurus.

GUAICURUS II

A ocupação militar do Pantanal - maior planície alagada do mundo - teve início com a implantação das colônias militares de Nioaque (1855) e Dourados (1856), ambas no Mato Grosso do Sul. Aquelas pequenas vilas de meados do Século XIX atualmente sediam unidades operacionais da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, com o nome histórico de *Brigada Guaicurus*, reconhecendo assim, a participação dos "índios guerreiros" na malfadada Guerra da Tríplice Aliança.

Por mais de um século, as unidades operacionais da 4ª BdaCMec foram montadas ou tracionadas por cavalos e, por isto mesmo, ousamos contar um "causo" bastante conhecido e aplicado, desde "priscas eras", como trote de aceitação dos novos recrutas.

A apresentação do cavalo aos novos cavalarianos se inicia com um “berro” do tenente comandante do Esquadrão de Cavalaria, ordenando ao soldado cavalaria que arraste um cavalo bravo, preso por uma longa corda-tronco enrolada na mão: - “Muito bem, nossa primeira aula prática é sobre o cavalo, nosso principal meio de transporte”. Apontando para o cavalo, diz: “Isto aqui é um cavalo! Alguém tem alguma dúvida de que este belo animal é um cavalo?”.

Como ninguém tinha a menor dúvida, o tenente passa um dedo na baba do cavalo e o coloca na boca, para espanto dos recrutas. Em seguida, levanta duas galinhas presas pelos pés ... e pergunta se alguém seria voluntário para levá-las até uma aroeira na barranca do rio, numa ravina bem abaixo. Um voluntário sobe no cavalo e o soldado cavalaria prende as galinhas em um ilhós da sela, desenrolando a corda-tronco.

O cavalo começa a dar pinotes para se livrar das galinhas; as galinhas, assustadas, batiam as asas, aumentando a irritação do cavalo. O voluntário é lançado ao chão, o tenente e todos os demais soldados abandonam rapidamente a sombra da enorme mangueira e aguardam o soldado cavalaria retirar as galinhas e amansar o cavalo bravo.

O tenente recompõe a “sala de instrução ao ar livre” e reprova todos os recrutas nos três principais fundamentos educacionais para um bom cavalariano: - “você demonstraram nojo e vão limpar diariamente a baba dos seus cavalos; você não prestaram a atenção devida e isto pode custar-lhes a vida, pois o cavalo estanca diante de uma cobra e lança você ao chão – eu coloque um dedo na baba do cavalo e chupei outro –; por fim, na Cavalaria não existe a palavra ‘voluntário’, eu mando e você obedecem ...

Tive a honra de comandar a artilharia da 4ª BdaCMec na fronteira oeste do Brasil.

Metodologia Científica

Acessos aos exemplos reais, práticos e de abrangência nacional

Fortaleza
Santo Amaro



Sistema
defensivo
colonial
do Brasil



Sistema
defensivo
do Porto
de Santos



Duas
personalidades
marcantes



Um Forte/Uma
Fortaleza



Exemplos
diversos



Os exemplos alcançados por meio dos QrCode acima, estão no formato tradicional utilizado na produção de trabalhos acadêmicos,